



Secretaria-Geral da Educação e Ciência



Património do Ensino & da Educação

BAME - Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação

10 Anos de BAME:

2014

Título:

10 ANOS BAME – VOLUME 4 – 2014

Autor:

Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Edição:

1ª edição

Elaborado por:

Elvira Evaristo

Imagens:

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Autores dos artigos:

Maria João Seguro, Severino Faria, Pedro Maximino

Elaborado em:

2018

SUMÁRIO

Entradas do BLOG

01

2014/01/02

O Mecenato Musical do Conde de Farrobo



Aceda a comunicação da autoria da Dr.^a Idalina Nunes, especialista da biografia de Joaquim Pedro Quintella, 2.^o Barão de Quintella e 1.^o Conde de Farrobo, responsável pela construção do Teatro Thalia. Apresentado nas Tardes do Thalia, a 25 de maio de 2013, este texto ilustra uma vertente melómana do Conde de Farrobo.

O Mecenato Musical do Conde do Farrobo

Nasce em Lisboa, mais concretamente no Palácio da Rua do Alecrim a 11 de dezembro de 1801, Joaquim Pedro Quintella, 2.^o Barão de Quintella e futuro Conde de Farrobo. Provem de uma família ligada à alta finança e administração pública, cuja primeira geração fora nobilitada pela rainha D. Maria I.



Melómano por vocação, desde muito novo interessou-se pela música. Aprendeu a tocar, entre vários instrumentos, violoncelo, contrabaixo e trompa, tornando-se neste último um apreciado solista e um hábil executante. Foi ainda compositor. Também

aprendeu canto, embora Ernesto Vieira afirme que não era possuidor de uma grande voz. Em 1822 foi aluno de Domingos Bomtempo e da sua Sociedade Filarmónica.



Todavia, a sua paixão pela música (e também pelo teatro) não se ficou apenas pela aprendizagem de alguns instrumentos. Tanto ao nível particular como ao nível oficial, Joaquim Pedro Quintella sobressaiu pelas iniciativas que tomou.

Assim, ao nível particular, a sua obra mais notável foi a construção de um teatro na sua Quinta das Laranjeiras.

O Teatro Tália começou a ser construído em 1822 e foi inaugurado a 14 de Março de 1825 com a ópera de Mercadante *Il Castello dei Spiriti*, ossia *Violenza e Costanza*. Constituído por dois pisos, mais um sobre a cimalha; a fachada de sete vãos apresenta quatro colunas de ordem dórica sobre as quais assenta um frontão triangular de tímpano liso, no qual ostenta a frase latina "HIC MORES HOMINUM CASTIGANTUR", que traduzido diz "Aqui serão castigados os costumes dos homens". Remata o frontão, a estátua de Érato, musa que preside à poesia lírica, esbelta e bem modelada, que segura na mão esquerda uma lira e está apoiada na coxa do mesmo lado. Sobre os acrotérios situam-se duas urnas delicadamente esculpidas; no prolongamento das colunas, e sobre plintos que avançam do peristilo, quatro esculturas, em pedra, representando esfinges deitadas e apoiadas sobre as patas; a fachada este apresenta corpo



simples com oito vãos simples simétricos distribuídos por dois níveis e porta central. O interior do teatro comparava perto de 600 lugares e possuía luxuosos camarins e um salão de baile, com paredes revestidas de espelhos de Veneza. Reabre a 19 de Outubro de 1933 com uma outra ópera de Mercadante *Il Testa di Bronzo* ossia *La Campagna Solitaria*.

Em 1842 o Teatro das Laranjeiras é restaurado sob a traça do Fortunato Lodi e é dos primeiros edifícios de Lisboa a ser iluminado a gás.

“Ao sr. Fortunato Lody architecto e director de todas as obras que alli se fizeram, cabem os maiores elogios não só por haver reconstruído todo o theatro com o melhor gosto, ornando-o com duas vistosas gallerias e um proscénio mui acuradamente feitos com todas as proporções geométricas, distinguindo-se por isso dos demais theatros que aqui temos; como pelo bem que soube aproveitar o pequeno espaço da sala, accommodando n’ esta quasi seiscentos pessoas assentadas. (...) O sr. Cinati, desempenhou toda a parte de pintura, não pertencente a figura, tanto no theatro, como na sala de baile e mais salas contíguas. (...) Devem-se também os maiores encomios ao sr. Fonseca, que nos diferentes grupos de figuras pintadas na sala de baile, e no theatro, nos revela um grande talento, educado na escola dos quinhentistas”

A Fama, n.º 9, 5.Mar.1843, p. 68

“Todos os dourados do Teatro, da sala de baile, da cornija das galerias bem como o enquadramento dos espelhos foram feitos, em menos de dois meses, por Margotteau e seis dos seus alunos trabalhando segundo instruções suas.”

L’ Abeille, n.º 60, 15.Mar.1843, p. 473

“Um salão de baile refulgente de branco e oiro nos tectos e nas paredes, apainelado de espelhos, constellando das reverberações dos crystaes dos grandes lustres.”

Cordeiro, Antonio Xavier Rodrigues, *Novo Almanach de Lembranças Luso-brazileiro para o anno de 1882*, 1881, p. 108

A 9 de Setembro de 1862 um incêndio destrói o teatro das Laranjeiras. A notícia é dada no jornal *Revolução de Setembro* da seguinte forma:

“A 9 do corrente mez, pela uma hora e meia da tarde, foram pedidos
10 ANOS DE BAME – VOLUME 4 – 2014

socorros, para o concelho de Belém, contra o incendio que se tinha manifestado no theatro da quinta das Laranjeiras, pertencente ao conde de Farrobo. Parece que um operario, que soldava o zinco de uma claraboia, pegara fogo ás madeiras deste, e que suppondo te-lo apagado, como ele o não fôra, lavrára lentamente pelas madeiras do telhado, manifestando-se quasi instantaneamente em muitos pontos e com grande intensidade. Os socorros que partiram, logo que a Lisboa chegou o aviso, chegaram pouco depois das duas horas ao logar do sinistro, mas já nada poderam salvar do theatro e da sala de baile, podendo apenas evitar que o incendio se communicasse a uma pequena casa aonde estavam os gazometros.”

A Revolução de Setembro, n.º 6102, 13.Set.1862

Após meio século de abandono, o teatro foi recuperado de acordo com o projeto do atelier de arquitetura de Gonçalo Byrne e de Barbas Lopes Arquitetos, mantendo os sinais da destruição no interior, permitindo que o espaço seja novamente utilizado como sala para espetáculos, conferências ou exposições.





Perto de Vila Franca de Xira, na quinta que dá nome ao título de Conde de Farrobo, também manda construir um teatro, não tão sumptuoso como o das Laranjeiras, atribuindo-se a sua autoria ao arquiteto Fortunato Lodi. Contudo são poucas as descrições que existem desse espaço. Francisco Câncio diz:



“O teatro do palácio do Farrobo, não sendo grande, era, contudo, de linhas muito elegantes.”

Câncio, Francisco, *Coisas e loisas da Lisboa antiga*, 1951, p. 161

O seu gosto pela música levou-o a criar em 1831 uma banda, na sua própria casa, formada pelos seus criados, tendo para isso contratado um mestre para lhes ensinar a tocar. – Conhece-se a constituição dessa banda pelo um diário de festas que o Conde de Farrobo deu em 1840 e do qual falaremos mais adiante.

Ao nível oficial o Conde de Farrobo ficará ligado às seguintes instituições e projetos:

- Ao Teatro de S. Carlos
- Ao Teatro da Rua dos Condes
- À Academia Filarmónica e à Assembleia Filarmónica
- Ao Conservatório Nacional

A primeira passagem do Conde de Farrobo pelo principal teatro lírico de Lisboa, ocorreu entre fevereiro e junho de 1823, quando integrou a comissão administrativa do Teatro de S. Carlos. Mais tarde, esta comissão pediria a exoneração dos cargos invocando problemas de várias ordens, a começar pelo clima de intrigas que se havia instalado. Um ano mais tarde, o Conde de Farrobo voltava novamente ao S. Carlos, como diretor, enquanto António Marrare desempenhava as funções de empresário. Ali permaneceu até 1827.

Esta empresa, apesar de não ter conhecido o fausto e o “glamour” da empresa que o Conde de Farrobo haveria de dirigir entre 1838 e 1840, nem o protagonismo

do seu empresário aristocrata, ficou marcada pelo empenhamento e esforço de António Marrare em dar algum brilho às temporadas que ocorreram entre 1825 e 1828, após uma desastrosa administração de João Baptista Hilberath e Margarida Bruni.

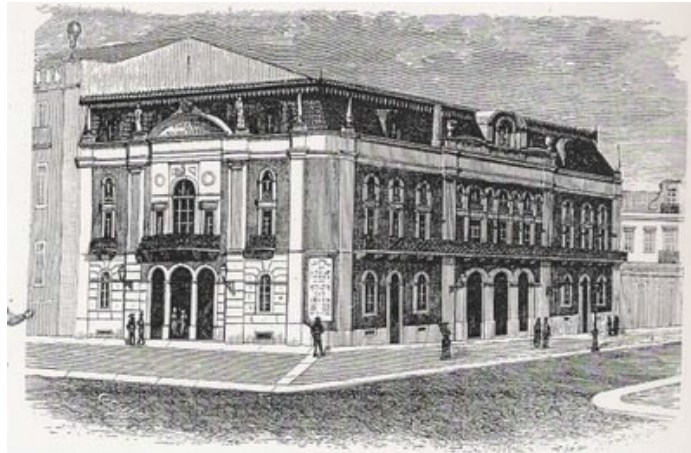
A passagem do Conde de Farrrobo por esta empresa é muito discreta. Fonseca Benevides faz-lhe referências pontuais acerca da nomeação do Conde e sobre os seus dois pedidos de exoneração do cargo de diretor do Teatro de São Carlos.

Mas será como empresário do S. Carlos, na temporada de 1838 a 40 que o teatro conhecerá uma das suas épocas de ouro. Assim, a sua atividade como empresário ficou marcada pela contratação de compositores e mestres italianos como Angelo Frondoni e Pietro Antonio Coppola e foram representadas as óperas *Don Giovanni* de Mozart, *Lucia de Lammemmoor* de Donizetti, *Robert*, *le Diable* de Meyerber e o ballet *La Sylphide* que marcaram o repertório da época. Foram contratados alguns dos melhores cantores da época, a grandeza dos cenários e dos guarda-roupas fizeram história nos anais do teatro. Fonseca Benevides na história do *Real Teatro de S. Carlos* sintetiza esta forma a ação do Conde do Farrobo:



"No período aureo da arte lyrica em Lisboa, a que presidiu o conde de Farrobo, não se soube o que fosse massada; nem alluvião de recitas, nem o abuso de repetição das mesmas operas, para preencher as recitas obrigadas das assignaturas. Os amadores de S. Carlos não eram enfadados nem com o numero de recitas, nem com a repetição de operas."

Paralelamente à empresa do Teatro de São Carlos, foi em 1838, diretor do Teatro da Rua dos Condes, impulsionando a difusão do repertório francês de ópera cómica e do *vaudeville*, abrindo caminho às operetas de Offenbach, recebidas a partir de 1868 com grande sucesso.



Teatro da Rua dos Condes

A nível associativo, a sua intervenção far-se-á sentir em duas instituições: na Academia Filarmónica e na Assembleia Filarmónica, fundadas respetivamente em 1838 e 1839, ambas oriundas da Sociedade Filarmónica de Bontempo. Em 1845 o conde desligar-se-á de ambas as Filarmónicas, depois de se ter sentido desapoiado, no sentido de as unir numa só. Contudo, ambas chegaram a dar representações de óperas completas.

Por último, em 1848 foi nomeado inspetor-geral dos teatros e por inerência do cargo, diretor do Conservatório, ao qual tentou dar um pouco de brilho habitualmente associado às suas iniciativas. Procurou construir uma sala para concertos e representações, o que só acontecerá em 1892 e apoiou, em vão, um projeto de melhoramentos de Anton Kontski que insistia na necessidade de se organizar uma sociedade de concertos públicos com o concurso de professores e alunos.

Deve-se ainda ao mecenato do Farrobo a proteção e a contratação de numerosos artistas, tanto nacionais como estrangeiros.



Retrato do 2.º Barão de Quintella, autoria de Evelyne S. Augustin, 1824, colecção do MNAA

Paralelamente a esta atividade oficial que apoiava entusiasticamente, o Conde do Farrobo desenvolvia, quer na sua casa da Rua do Alecrim, quer nos seus teatros situados nas Quintas das Laranjeiras e do Farrobo, em Vila Franca de Xira, uma intensa atividade musical, que ocorreu entre 1818 e 1862, data em que ardeu o Teatro das Laranjeiras e época em que se iniciou a sua ruína financeira.

A referência mais antiga à atividade musical do Conde de Farrobo surge numa publicação alemã intitulada *Allgemeine Musikalische Zeitung*. Tinha ele apenas 17 anos.

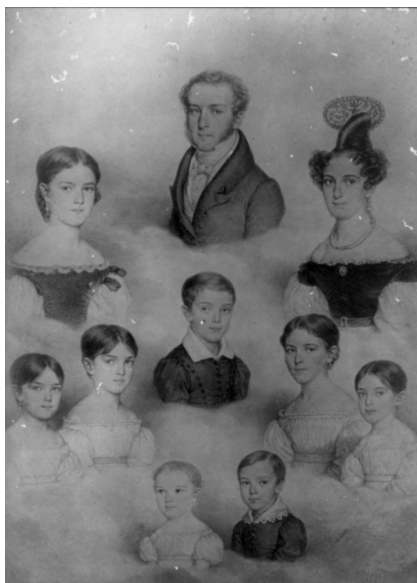
“Desde então uma alternativa imperfeita é a que oferecem os concertos de amadores em casa do jovem Barão de Quintela, sob a direcção dos dois Giordani. O senhor Quintela (que é tido como o mais rico herdeiro de Portugal) poder-se-á tornar num poderoso apoio da música, que se encontra aqui em decadência, desde que continue a achar prazer nessas reuniões musicais.”

19.Ago.1818

Allgemeine Musikalische Zeitung, XX,

Essa atividade ia desde os bailes de Carnaval até às encenações de óperas e de peças teatrais, passando por récitas.

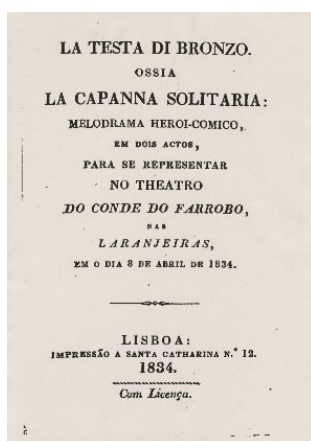
O círculo musical que envolvia o Conde de Farrobo era composto por membros da sua família, por elementos da alta sociedade da época e artistas do Teatro de S. Carlos.



Família Quintella, autoria Delorme, [183-], colecção particular

Assim, da sociedade da época temos as famílias O'Neill, Amorim Viana, Cunha e Menezes, Benevides, Klingelhoef e Lodi, entre outros. Entre 1825 e 1849, contabilizam-se perto de 140 pessoas, distribuídas pelos papéis principais e os coros que participaram nas 17 óperas encenadas neste teatro. O que se cantava? Ópera italiana. E quando se tratava de óperas cómicas, na maioria das vezes, o papel cómico era interpretado pelo Conde de Farrobo.

De que fontes dispomos para conhecer o mecenato musical do Conde de Farrobo? São várias: Catálogo das Peças de Muzica existentes no Archivo de Muzica, os libretos, algumas partituras encomendadas e/ou oferecidas, gravuras da época, o inventário orfanológico e as crónicas da época ou monografias.



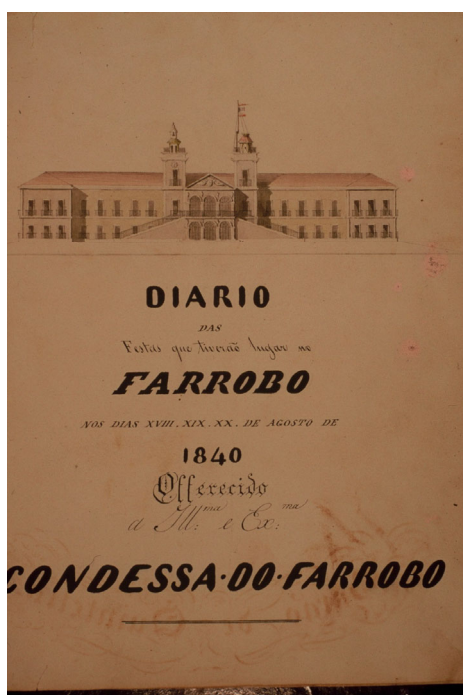
Libreto da ópera *La testa di Bronzo*



Frontispício da partitura da ópera *La testa di Bronzo*, de Mercadante, 1828

O Conde de Farrobo tornou-se conhecido pelas faustosas e lendárias festas que dava no Palácio das Laranjeiras. Existem várias descrições das festas e podemos encontrá-las em jornais da altura como *L' Abeille* e *A Fama*, ou ainda nas obras de Fialho de Almeida e de Pinto de Carvalho. Contudo, nenhuma dessas descrições é feita na primeira pessoa, nem são tão completas ou pormenorizadas como esta que agora é apresentada.

As festas dadas pelo Conde do Farrobo, ocorreram na propriedade com o mesmo nome, em Vila Franca de Xira, em Agosto de 1840 e duraram três dias. Estão coligidas num livro manuscrito, com o nome de *Diário das Festas do Farrobo* e foram escritas por um convidado anónimo. Foram publicadas na Arte Musical, propriedade da Juventude Musical Portugal, em Julho de 1996.

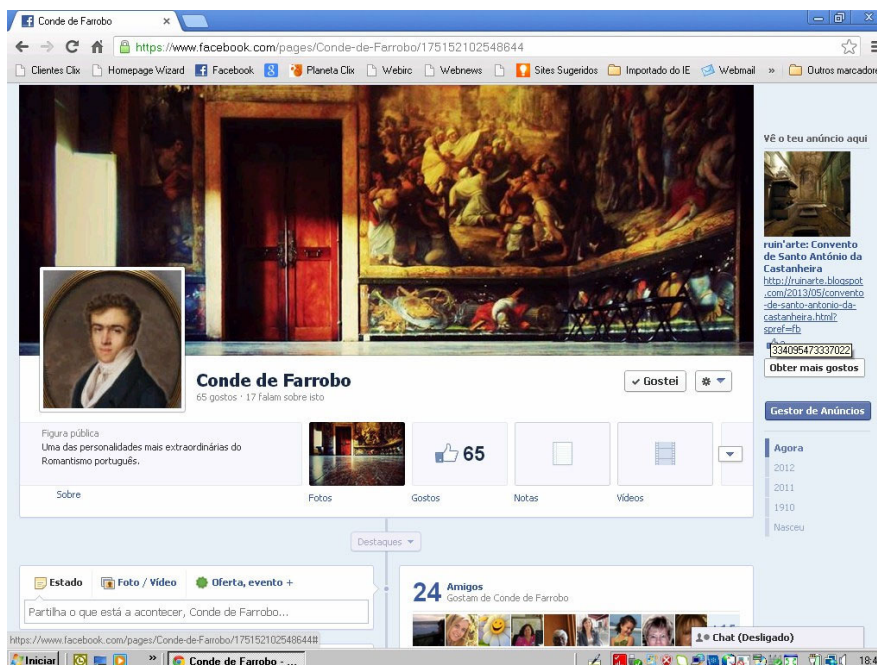


Frontispício do Diário manuscrito, autoria anónima, 1840, colecção particular

A originalidade deste manuscrito reside em vários fatores: por um lado, as festas são narradas na primeira pessoa e o seu narrador era, por certo, íntimo da família Quintella do Farrobo; por outro lado, temos pela primeira vez descrições da Quinta do Farrobo e das festas aí realizadas; por outro

lado ainda, em vez dos habituais convidados pertencentes à aristocracia e à alta burguesia lisboeta, estes foram substituídos pela companhia de canto e de bailado do Teatro de São Carlos de 1840 (facto inédito nas festas do Conde do Farrobo) que desempenharam os principais papéis da ópera, da dança e das comédias; por último, é uma valiosa crónica musical para a história da música em Portugal.

A terminar, se quiserem conhecer melhor esta personalidade excecional do nosso Romantismo, podem-no fazer, através das redes sociais, o *Facebook*, na qual foi criada uma página sobre o Conde de Farrobo.



2014/01/15

Peça do mês de janeiro



Telégrafo

O telégrafo, inventado em 1837 pelo norte-americano Samuel Morse, foi o primeiro aparelho que permitiu a comunicação à distância através de fios e de eletricidade. Em 1844, Morse transmitiu a primeira mensagem telegráfica pública e demonstrou como o telégrafo era capaz de enviar sinais rapidamente e a grandes distâncias. É constituído por um circuito que, quando a chave "liga-desliga" desse circuito é fechada, um "sinal elétrico" percorre o interior do circuito com a velocidade da luz, estabelecendo uma corrente elétrica no aparelho recetor. O aparelho recetor, por sua vez, pode ser uma lâmpada, uma campainha ou um "ponteiro" capaz de se mover para produzir marcas numa fita de papel. Está inventariado com o número ME/ESDJC/1444 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária D. João de Castro.

Samuel Finley Breese Morse (1791 —1872) foi inventor, físico e pintor de origem norte americana. Durante a década de 1830 criou o telégrafo - “Recording Electric Telegraph”. Era formado por um aparelho emissor e um recetor, permitindo comunicar com uma única tecla que fechava um circuito elétrico quando premida, emitindo um sinal sonoro, luminoso ou um sinal marcado em papel. Desta forma, traduzia sob a forma de pontos e traços o alfabeto, a pontuação e os números. Assim nasce o chamado Código Morse, um sistema de representação de letras, números e sinais de pontuação que combinava traços, pontos e pausas para transmitir informações através de impulsos telegráficos. O telégrafo continuou a ser aperfeiçoado, nomeadamente com o trabalho de Thomas Edison. A evolução natural das formas de comunicação fez com que o telégrafo primitivo desaparecesse.

2014/01/22

Atividades culturais na Biblioteca Nacional



Atividades culturais a decorrer na BNP até fevereiro, com particular destaque para o III Workshop Internacional de História da Cartografia Ibérica: do mediterrâneo ao mundo. Organizado em parceria com o Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia - Pólo Universidade de Lisboa, o workshop irá decorrer nos dias 27 e 28 de março na BNP.

2014/01/29

Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: a revista "A mulher e a criança"



Em 1907 um grupo de mulheres instruídas fundou o Grupo Português de Estudos Feministas, lançando as bases da difusão de ideais de emancipação feminina. Este Grupo dará origem a um importante núcleo feminista: a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

**Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas:
a revista *A mulher e a criança***



Grupo das Treze – *A mulher e a criança*, A.2,
N. 24 (maio 1911)

Portugal, na primeira década do Séc. XX, está em nítida mudança político-social – o papel da mulher na sociedade e suas afirmações são valores posto em causa. Desta forma, começam-se a esboçar movimentos feministas que, a seu modo, vão traduzindo ideologias e movimentos culturais organizados. A emancipação da mulher é, assim, entendida como tomada de consciência do valor da pessoa e, acima de tudo, como definição do papel da mulher na sociedade. A revisão da estrutura social portuguesa e, sobretudo, do papel da mulher foi progressivo e moderado.

“Com certo vigor, a dado passo, o movimento feminista em Portugal é, no entanto, sempre um movimento moderado, nunca declaradamente subversivo nem violento, mais atento à satisfação das suas reivindicações pela força da persuasão, do direito e da educação do que pela força dos gritos e das manifestações.” (Silva, 1983: 875)

Luta-se conscientemente pelos direitos e valores femininos e em 1907, um grupo de mulheres instruídas fundou o *Grupo Português de Estudos Feministas*¹, com o objetivo de difundir ideais de emancipação feminina, fundar uma biblioteca especializada, publicar estudos destinados a instruir e a educar a mulher portuguesa nas suas funções de mãe vs. educadora. No entender de Pires (2012:174), “a educação e instrução da mulher e a independência económica são assim dois dos campos de intervenção mais expressivos desta associação”.

Este grupo foi dirigido por Ana de Castro Osório e outras intelectuais (existiram algumas publicações rarefeitas). Em torno deste efémero grupo, segundo Samara (2010:41), forma-se um importante núcleo feminista que vai fundar a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, doravante denominada por LRMP.

¹ Em 1907 surgiu o Grupo Português de Estudos Feministas, fundado e dirigido por Ana de Castro Osório e que marcou o início da liderança desta escritora no movimento feminista. E embora tenha sido uma experiência limitada a um núcleo restrito de intervenientes, com objetivos modestos, constituiu um marco ao ser a primeira agremiação que assumiu a palavra feminista na sua designação e ao evidenciar a preponderância das ativistas republicanas e maçónicas. Presidida por Ana de Castro Osório, teve a adesão de várias professoras e das médicas Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Sofia Quintino, e procurou difundir os ideais feministas e doutrinar as portuguesas através da constituição de uma biblioteca especificamente virada para os seus interesses, propondo-se publicar estudos que tivessem por assunto a propaganda feminista no seu aspeto geral, de forma a contrariar o predomínio asfixiante das coleções românticas dirigidas às mulheres. (Cf. Esteves, 2010).

“Foi com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) que o feminismo se cruzou com o republicanismo, embora tivesse partilhado outros combates como o do direito à educação. A sessão preparatória da fundação da Liga em Agosto de 1908 foi presidida por Ana de Castro Osório e secretariada por Bernardino Machado e Magalhães Lima, tendo lugar no Centro António José de Almeida. A ideia de criação da Liga tinha tido origem nos republicanos, nomeadamente António José de Almeida, que convidavam as senhoras a prestarem o seu concurso, de forma organizada ao combate republicano.” (Samara, 2010:41).

Sexta-feira, 28 de agosto de 1908, assiste-se à sessão preparatória da fundação da LRMP. Um grupo de ativistas femininas reúne-se, no Centro António José de Almeida, sob a presidência de Ana de Castro Osório, que foi secretariada por Bernardino Machado e Magalhães Lima. Nesta reunião, foram lançadas as bases da criação da LRMP, organização feminina inspirada nos ideais maçónicos e ligada ao Partido Republicano Português:

“Abrimos a nossa Revista com o discurso pronunciado na reunião preparatória da Liga Republicana das Mulheres Portuguêsas, pela nossa illustre Presidente e presada companheira de redação, D. Anna de Castro Osorio, porque elle diz bem qual a ideia que presidiu á formação da Liga, e os fins que ella se propõe realizar [...] Deixae-me primeiro agradecer a imerecida honra que me foi feita pelos srs. Drs. Bernardino Machado, Magalhães Lima e António d’Almeida, [...]” (Osório, 1909:1)

Ainda que a ideia seja lançada em 1908 por Ana de Castro Osório e António José de Almeida e apoiada por Bernardino Machado e Magalhães Lima, acarinhada pelo Partido Republicano, a sedimentação da LRMP será consolidada, mais tarde, com os *Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, aprovados em assembleia geral de 24 de Julho e 4 de Agosto de 1910* (A mulher e a criança, A. 2, n. 15 agosto de 1910, p. 8). Os estatutos da LRMP são descritos em seis capítulos:

- Capítulo I - *Fins da associação*;
- Capítulo II - *Dever das sócias, Direitos das sócias e Penalidades*;
- Capítulo III - *Assembleia geral e Eleições*;

- Capítulo IV – *Direcção*;
- Capítulo V – *Conselhos fiscais*;
- Capítulo VI – *Cobradora e empregada e Transitório*.

A ata da reunião de assembleia geral realizada em 24 de julho, de 1910, para revisão e modificação dos estatutos, datada em Lisboa, 24 de julho de 1910 foi assinada por Ana de Castro Osório, Ana Maria Gonçalves Dias e Maria Veleda. Os Estatutos da LRMP estão datados de 4 de agosto de 1910 e foram assinados por Maria Veleda, Ana Maria Gonçalves Dias e Georgina de Figueiredo.

Os objetivos da LRMP são, essencialmente, *sociopolíticos e pedagógicos*. O Art. 1 do Capítulo 1 resume os fins da Liga: (i) orientar, (ii) educar e (iii) instruir a mulher portuguesa:

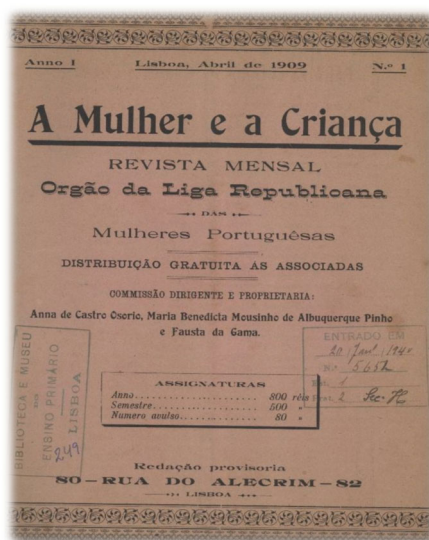
“Orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha, educadora, tornando-a um indivíduo autónomo e consciente, pois que só um novo regímen libertado de preconceito poderá trazer à sociedade portuguesa a consciência e responsabilidade do povo livre e ativo.” (LRMP, 1910:8)

Como sabemos, o projeto LRMP foi apoiado pelo Partido Republicano, que incentivava a luta reivindicativa das mulheres pela igualdade de direitos que lhe permitisse uma maior intervenção na vida social, económica e política do país. Também lhe interessava criar mais uma frente de combate à monarquia, sobretudo, porque o sexo feminino era conotado com o obscurantismo religioso e o **conservadorismo** político.

A exaltação da mulher, através de ideais republicanos e democráticos, impulsionou a aliança entre feminismo e política. A Liga, desta forma, encontra terreno fértil para editarem *A mulher e a criança*, revista distribuída gratuitamente às associadas e destinada a todo o público feminino – toda a mulher, *per si*, constituiu a vanguarda revolucionária do movimento social da emancipação feminina, um importante núcleo da propaganda republicana e um precioso reduto na defesa e consolidação dos ideais da liberdade e democracia.

A LRMP foi, contudo, a primeira organização político-partidária feminina - a ideia da criação da Liga, lançada em 1908, assinala a divisão entre as intelectuais monárquicas e republicanas adeptas da causa da emancipação feminina.

Em 1909, segundo *A mulher e a criança*, Ano 1, n.º1 de Abril, a comissão dirigente e proprietária é constituída por Ana de Castro Osório, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho e Fausta Gama. Com a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, as feministas republicanas que militavam na Liga julgaram ter chegado o momento de apresentarem as suas reivindicações ao novo regime político. Ana de Castro Osório demitiu-se da Direção da Liga e da revista *A mulher e a Criança* em abril de 1911:



Fonte: BMEP PP 69

“A presidente da assembleia geral recebeu o pedido da demissão da presidente da direcção e nossa muito querida camarada, D. Anna de Castro Osorio, devido a ter de retirar brevemente para o Brazil [...] reunida a assembleia geral em 21 de abril, para apreciar estas desistências, resolveu-se acceptá-l’as [...]” (LRMP, 1911:12)

Maria Veleda foi, então, eleita para a substituir nos dois cargos, imprimindo à direcção da coletividade um carácter mais revolucionário e combativo na luta pelos direitos de todas as mulheres.

2014/02/05

Preservação e Conservação na Biblioteca Joanina



Saiba mais sobre a Biblioteca Joanina, o edifício que a alberga e a forma de preservação de documentos.

Preservação e Conservação na Biblioteca Joanina



Universidade de Coimbra

Introdução

O edifício da Biblioteca Joanina alberga documentação que, a seu modo, deverá ser preservado e conservado, tornando-se desde logo o primeiro abrigo das coleções. Destacam-se, assim, vários aspetos significativos da conservação preventiva das coleções impressas, nomeadamente, o controlo de condições ambientais.

Na atualidade, a estrutura arquitetónica do edifício é vista como um elemento positivo no que diz respeito à conservação dos acervos - o edifício, como um todo, deve ser encarado como o elo muito importante da cadeia da conservação, dada a amplitude da sua área.

De facto, a deterioração dos livros e documentos, cuja constituição física tanto pode conter matéria orgânica como celulósica, tem uma ligação direta com a exposição a diversos agentes de deterioração designadamente a luz, a poluição, a humidade, a temperatura ou as catástrofes naturais.

A importância das paredes e dos tetos dos edifícios que albergam as coleções deve, pois, revestir-se de uma atenção especial, de modo a que as características da sua construção possam contribuir para a preservação e conservação “da vida” dos documentos que as constituem. Igualmente importante para a função de preservação é o papel do espaço em que se encontra o edifício, bem como o da sua envolvente.

A Biblioteca Joanina

A Biblioteca Joanina é uma biblioteca do séc. XVIII, situada no Palácio das Escolas da Universidade de Coimbra, no pátio da Faculdade de Direito. Sendo reconhecida como uma das mais importantes bibliotecas barrocas europeias, as suas origens remontam entre 1717 e 1728, período da sua construção, laborando na sua decoração numerosos artistas e onde se alberga um valiosíssimo acervo bibliográfico, constituído por cerca de 70 mil volumes de livros raros e antigos.

A construção do edifício da biblioteca Joanina deve o seu nome ao monarca D. João V, o Rei magnânimo, como historicamente ficaria conhecido. A sua localização geográfica está inserida num espaço na “Alta de Coimbra”, sem vegetação ao redor formando um microclima seco. Além da importância deste aspeto, esta localização foi também pensada no aproveitamento da luz natural, sendo que o edifício está orientado a sudeste e a sua maior incidência solar verifica-se ao final da manhã e da parte da tarde.

O edifício é constituído por três andares, existindo um piso nobre onde se encontra guardada a maior quantidade das suas coleções e cujo interior é formado por três salas que comunicam entre si por arcos. Cada uma destas salas é constituída por estantes de dois andares, em madeiras exóticas, douradas e policromadas apoiadas em parelhas de colunas piramidais invertidas. As paredes exteriores do edifício têm 2,11 metros de espessura. O pórtico majestoso que dá acesso ao interior da biblioteca é feito em madeira de teca.

O edifício e a proteção dos documentos

“A estrutura e o equipamento dos edifícios desempenha um papel essencial na conservação dos documentos de arquivos e dos livros. A escolha de materiais de construção adequados é importante para assegurar a sua proteção contra os elementos climatéricos (humidade, secura, iluminação solar), contra a poluição atmosférica, contra os insectos roedores e contra o fogo. O próprio local dos edifícios e a sua orientação devem ser cuidadosamente escolhidos [...]” (Flieder e Duchein, 1993: 57)

Atendendo às diretivas de Flieder e Duchein (1993) e, sobretudo, às investigações de Casanovas (2006), até ao séc. XIX as condições ambientais seriam definidas pela avaliação sensorial, mais concretamente pela análise dos efeitos visíveis sobre os objetos, tomando como referência aqueles, cujo comportamento podia servir de orientação, como por exemplo o caso das gavetas dos móveis que abriam mais facilmente no tempo seco ou, gravuras de papel em que aparecessem os primeiros sinais de humidade.

Os materiais orgânicos que entram na composição dos documentos em geral, torna as bibliotecas mais frágeis e facilmente deterioráveis por agentes físicos, químicos e biológicos como sejam a luz, o calor, a humidade e a poluição atmosférica, etc.

O papel, cujo constituinte essencial é a celulose, é muito higroscópico, e por isso é extremamente sensível às variações do clima: em contacto com o calor e a humidade pode oxidar-se e hidrolisar-se tornando-se muito quebradiço e amarelecido. Deste modo, torna-se necessário manter estabilizadas as condições atmosféricas no interior dos edifícios que albergam as coleções.

Os agentes de deterioração biológica: microrganismos, insetos, fungos, bactérias e roedores são os fatores que provocam estragos mais frequentes nos documentos gráficos.

No que diz respeito à Biblioteca Joanina, esta assenta num edifício antigo que oferece uma grande proteção arquitetónica, embora seja desprovido de equipamentos mecânicos para controlo das condições ambientais no seu interior. Esta situação é permitida porque os materiais de construção deste edifício garantem uma proteção máxima dos documentos contra diversos agentes, designadamente, fontes luminosas, humidade, temperatura, poluição atmosférica e agentes de deterioração biológica:

“Assim, é importante expor e guardar os objectos em ambientes higrotérmicamente estáveis e compatíveis com os diferentes materiais em presença, de maneira a mitigar o risco de danos nos objectos que constituem as colecções. Por exemplo, películas fotográficas e suportes digitais requerem armazenagem a baixas temperaturas e a baixos níveis de humidade relativa, para que seja possível assegurar a sua longevidade. Por outro lado, o pergaminho e o papel são materiais que solicitam níveis de humidade relativa a superiores a 50%, no caso de se pretender uma boa flexibilidade. Actualmente, há provas científicas que sugerem que o papel manterá a sua estabilidade química e o seu aspecto químico por mais tempo quando sujeito a valores de armazenagem baixos e constantes de temperatura (abaixo dos 10°C) e de uma humidade relativa entre 30 a 40%.” (Catarina, 2010)

Ainda, de acordo com Catarina (2010), nesta Biblioteca não há problemas com insetos papirógrafos devido ao facto de as estantes serem feitas de madeira de carvalho, que para além de serem muito densas, absorvem o excesso da humidade do ar, dificultam a penetração dos insetos e ao mesmo tempo emitem um odor que os repele.

No edifício da Biblioteca Joanina não há sinais de ventilação natural a funcionar constantemente mas, as salas são grandes, os tetos são altos e o edifício tem grandes janelas envidraçadas, com grossas cortinas. Em dias de mais calor recorre-se à abertura destas janelas, embora por períodos curtos de tempo - permitindo o controlo da luz solar e a circulação do ar, obtendo assim uma boa climatização no seu interior.

Um dos maiores perigos para as bibliotecas são os insetos que atacam os livros propagando-se pelas paredes e pelo ar. É muito difícil impedir completamente que os insetos penetrem nos locais de conservação, sobretudo sob a forma de ovos ou larvas microscópicas, implicando medidas de desinfestação. A Biblioteca Joanina contorna este problema de uma forma muito interessante, invulgar e eficaz, ou seja, no seu interior habita uma colónia de morcegos que durante a noite se alimentam de traças, baratas e todos os insetos danosos. Durante o dia eles permanecem escondidos entre as estantes não atrapalhando o normal funcionamento da biblioteca.

A presença dos mamíferos alados requer um cuidado adicional para prevenir danos causados pelos seus dejetos nas madeiras das mesas. Assim, todos os dias ao fechar a biblioteca, um funcionário cobre as mesas com umas toalhas de couro e de manhã remove-as e limpa o chão.

Bibliografia

CATARINA, Inês Nazaré (2010). *Análise das condições higrotérmicas na Biblioteca Joanina da Universidade Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia: Universidade de Coimbra, Departamento de Engenharia Mecânica.

CASANOVAS, Luís Efreim Elias (2006). *Conservação Preventiva e Preservação das obras de arte: Condições-ambiente e espaços museológicos em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FLIEDER, Françoise; DUCHEIN, Michel (2006). *Livros e Documentos de arquivo preservação e conservação*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivísticas e Documentalistas.

2014/02/12

Peça do mês de fevereiro



Carruagem ferroviária

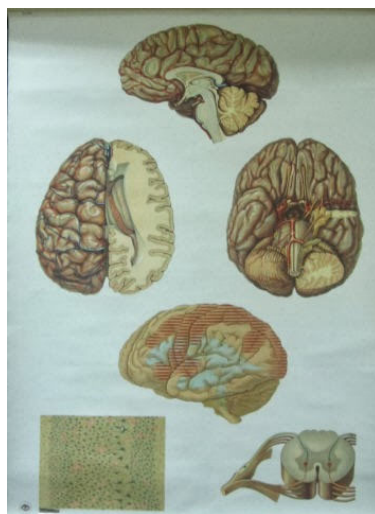
Maqueta de uma carruagem de caminho-de-ferro executada em chapa metálica. Tem uma forma paralelepipedica com a cobertura em arco, apresentando eixos de simetria longitudinal e transversalmente. Lateralmente destaca-se um conjunto de janelas interrompido por uma porta próxima de cada extremidade. Estas têm, inferiormente, um pequeno patim sobreposto a outro que se desenvolve ao longo da carruagem. A cobertura é atravessada por dois respiradores próximos das extremidades. Está inventariada com o número ME/400270/672 e pertence à escola Secundária Jácome Ratton. Elaborado no âmbito das aulas práticas de Serralharia, este modelo apresenta grande mestria na sua execução.

As carruagens são veículos que se destinam ao transporte de passageiros. Sofreram várias alterações ao longo dos tempos, desde o primeiro comboio onde eram abertas, até à atualidade. As transformações nos equipamentos ferroviários, sobretudo durante a segunda metade do século XIX, visaram adequar as superfícies utilizadas às novas necessidades de conforto dos passageiros.

A partir de 1830, com a expansão do caminho-de-ferro, tentou-se encontrar soluções de equipamento que visavam a melhoria das condições de transporte de passageiros. Como tal, cerca de 1858 surgem os bancos reclináveis e basculantes. Com George Pullman e Leonard Seibert, iniciaram-se as primeiras experiências para desenvolver uma carruagem dormitório. Desde então, e até aos nossos dias, a evolução foi contínua, implementando melhores formas de viajar de comboio.

2014/03/05

Exposição Virtual : "2014 - Ano Europeu do Cérebro"



ME/4340881/17

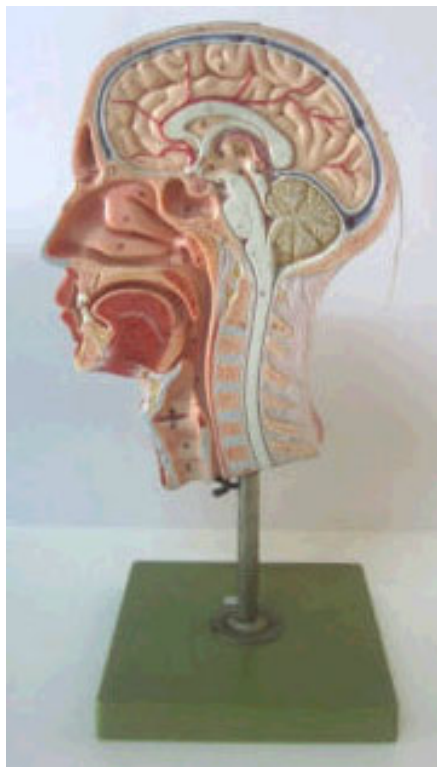
Durante o ano de 2014, a Europa celebra o Ano do Cérebro e da Saúde Mental. A Secretaria-Geral do Ministério da Educação associa-se a esta celebração com uma exposição virtual que visa divulgar vários tipos de objetos museológicos utilizados no ensino de matérias relacionadas com o cérebro.

“O European Brain Council designou 2014 como o Ano Europeu do Cérebro e da Saúde Mental. Com o apoio de várias organizações, incluindo o Parlamento Europeu pretende-se que haja uma tomada de consciência relativamente aos distúrbios mentais, na tentativa de alterar a forma de entender este tipo de doenças que afetam mais de um quarto da população mundial. O cérebro é uma estrutura complexa, ainda não totalmente estudado, a fonte da personalidade, pensamentos e sentimentos humanos. A par destas características, o cérebro é também a fonte de muitas doenças que têm um impacto profundo na sociedade. Promover a investigação ao nível das doenças cerebrais, educar e informar os indivíduos afetados e aqueles que com eles vivem diariamente, bem como implementar planos de ação a nível local e nacional promovendo o intercâmbio de boas práticas para a mudança são os objetivos desta campanha de

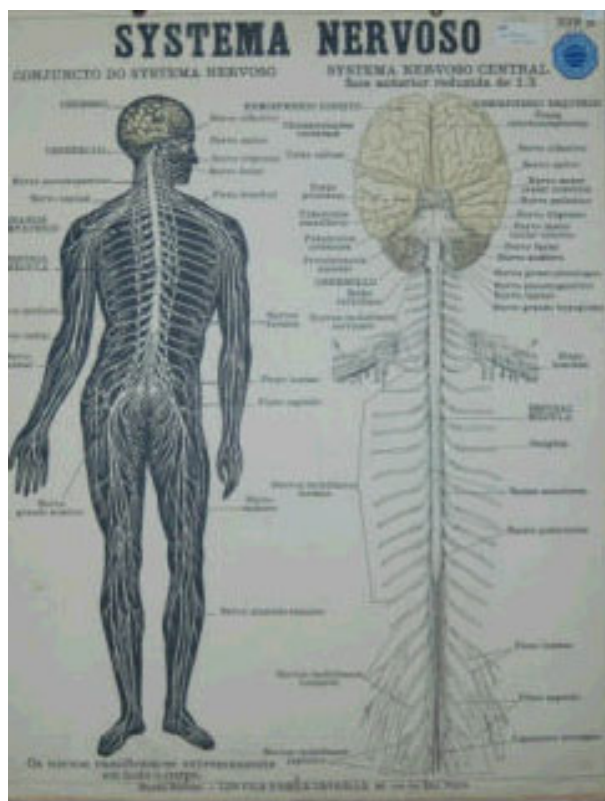
sensibilização. Associando-se a este evento, a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência coloca em destaque nesta exposição alguns objetos utilizados em contexto das práticas pedagógicas, relacionados com a aprendizagem do funcionamento do cérebro. Como tal, podem ser observados vários modelos anatómicos que representam o cérebro humano e de alguns animais, a par de imagens parietais elucidativas acerca do funcionamento do mesmo e da sua relação com outros sistemas do corpo humano.”



ME/403076/21



ME/403556/14



ME/400129/222

2014/03/11

Peça do mês de março



Conjunto de lentes

Conjunto de lentes para uso de oftalmologistas em caixa-estojo, de madeira, com a inscrição Mon. Charrière Collin, Paris. O conjunto é composto por uma armação metálica (tipo armação de óculos) para colocar no paciente e servir de porta-lentes; 4 filtros ($\varnothing = 3,5$ cm), vermelho, verde, azul e amarelo; 1 diafragma ($\varnothing = 3,5$ cm) com um orifício; 1 disco ($\varnothing = 3,5$ cm), com metade de vidro e metade de vidro fosco; 1 coleção de lentes prismáticas (faltam as lentes de 4, 6 e 7 dioptrias); 1 coleção de lentes cilíndricas côncavas (faltam 2 lentes de -4 dioptrias, 2 lentes de -4,50 dioptrias, e 2 lentes de -0,50 dioptrias); 1 coleção de lentes esféricas convexas (faltam 2 lentes de +20 dioptrias, de +18, +16, +15, +14, +13, +12, +11, +10, +9; 2 lentes de +7 dioptrias; 2 lentes de +2,75 dioptrias; 1 lente de 2,50 dioptrias; 1 lente de +2 dioptrias; 2 lentes de 1,50 dioptrias; 1 lente de +1,25 dioptrias; 1 lente de +1 dioptria; 1 lente de +0,75 dioptrias; e uma lente de +0,25 dioptrias). Cada lente tem 3,5 cm de diâmetro e está incrustada num aro metálico

com um pequena pega com o valor da potência inscrito. Está inventariado com o número ME/404652/6 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Pedro Nunes.

Joseph Frédéric Benoît Charrière (1803 - 1876) começou o seu trabalho como cutileiro numa oficina e especializou-se no fabrico de variados instrumentos cirúrgicos. Adquiriu grande notabilidade produzindo para grandes cirurgiões, como Dupuytren, Civiale e Ségalas, que não só patrocinaram o seu trabalho, mas também lhe abriram novas perspetivas para a realização de novos instrumentos. Artesão notável, Charrière sempre procurou as mais modernas técnicas industriais para a produção. Trabalhou diretamente nos hospitais, com cirurgiões para a conceção e aperfeiçoamento de toda a espécie de ferramentas de trabalho inovadoras. Com Charrière, a medicina teve um desenvolvimento considerável, sobretudo com a sua participação ativa e pioneira nas primeiras anestésias gerais, em 1847, com a produção de inaladores. Após a sua morte em 1876, a sua Casa foi retomada por dois antigos colaboradores, em 1866: Louis Robert e Anatole Colin. Charrière foi um artesão de renome mundial e o mais destacado fabricante de instrumentos cirúrgicos do século XIX. Aliando o saber artesanal às novas técnicas e ao progresso da medicina, as suas produções destacaram-se pela qualidade, design, estética e adaptabilidade ao trabalho realizado nos hospitais.

2014/03/19

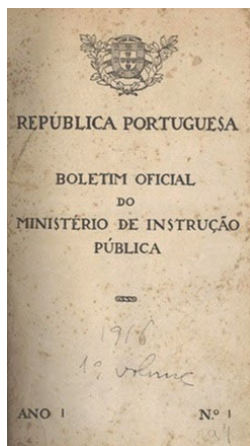
Exposição "Luís Serrão Pimentel e a ciência em Portugal no século XVII"



A Biblioteca Nacional inaugura uma exposição evocativa dos 400 anos do nascimento de Luís Serrão Pimentel (1613 - 1679) que estará patente ao público de 28 de fevereiro a 30 de abril. Integra manuscritos existentes nas principais bibliotecas patrimoniais portuguesas e muitos documentos inéditos.

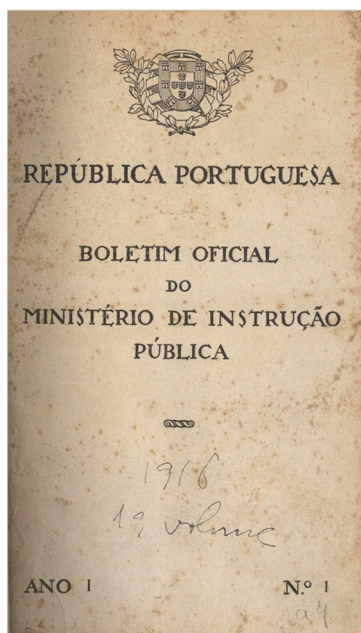
2014/03/26

Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública



O período compreendido entre 1861 e 1902 não foi profícuo na produção de publicações periódicas, no entanto, surgiram algumas publicações de órgão oficiais como é o caso da Direção-Geral de Instrução Pública.

Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública



Fonte: DSDA (BOMIP, A.1, N.1, mar. 1916)

O período compreendido entre 1861 e 1902 não foi profícuo na produção de publicações periódicas, embora tenham surgido algumas de grande importância que se perpetuaram no tempo, quer a nível de conteúdos, quer a nível longitudinal. Bons exemplos destas exceções são, efetivamente, as publicações de órgãos oficiais, tais como, as da Direcção-Geral de Instrução Pública, nomeadamente, o *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, ao qual dedicaremos o nosso estudo biblioteconómico, e os *Anuários*, publicações dos Liceus.

Os *Anuários*, também considerados publicações periódicas, publicados nos liceus, tiveram um papel decisivo na gestão pedagógico-administrativa das escolas. Devido à sua importância, estes procedimentos foram legislados — o Artigo 129º de 14 de agosto de 1895 regula a feitura de anuários:

“Em obediência ao nº 19º do Artigo 129º do regulamento vigente da instrução secundária de 14 de Agosto de 1895 costumam os liceus publicar os seus Anuários. Efetivamente, nessa disposição legal que passou para o regime atual do ensino secundário, indicam-se como devendo fazer parte dos *Anuários*: o quadro da distribuição das disciplinas pelas classes e por professores, os horários, a distribuição dos alunos pelas aulas, a nota dos exames e as classificações que neles obtiveram os estudantes e ‘quaisquer outras informações que completem a ideia do estado literário e económico do liceu’. Assim termina o mencionado nº 19º do Artigo regulamentar, entendendo-se por aqui que nesses Anuários devem aparecer as informações sobre toda a *vida pedagógica e económica dos liceus*” (Ferrão, 1920:49).

Apesar de detalhadas considerações administrativas dos anuários, estes não espelham, como bem sabemos, a vida pedagógica e económica dos liceus de então, ao invés, muitos deles, não passam de “sonolentas e incharacterísticas listas de nomes de professores e alunos”.

Não esquecer, como é referido várias vezes em *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*, que o desenvolvimento de bibliotecas, de gabinetes de física, de geografia, mineralogia, enfim, o melhoramento significativo das investigações pedológicas são factos sobretudo importantes e dignos de figurar nos Anuários, como o são o estabelecimento de uma aula de trabalhos manuais ou mesmo planeamento de aulas de geologia, fauna e flora locais:

“Muito seria para desejar ver figurar nesses Anuários as várias ligas, comissões, sociedades e associações de estudantes; umas para desenvolverem a gosto pela leitura, pelos trabalhos científicos e pela divulgação das principais práticas da higiene; outras de intuitos artísticos para a realização de exposições de desenhos e pinturas, para a constituição de sextetos ou pequenas orquestras, não esquecendo o canto coral a todos os estudantes deve envolver e estreitar” (Ferrão. 1920:51).

Atendendo às exigências político-pedagógicas, numa *perspetiva republicana*, os anuários de cada liceu deveriam ser um reflexo nítido da vida escolar — um documento oficial e digno de ser lido não só pelos portugueses, que se interessavam pelo progresso do ensino nacional, mas também por estrangeiros, podendo colocar-se ao lado das publicações similares impressas em *países progressivos*! Assim, a circular que teve despacho favorável do Exmo. Ministro da Instrução Pública, Dr. Sousa Júnior, em 29 de outubro de 1913, no Diário do Governo, Nº 267, reza assim:

“Tendo-se reconhecido que os relatórios anuais dos reitores dos liceus, organizados nos termos do número 19º do artigo 129º do Decreto regulamentar de 14 de Agosto de 1895 por se limitarem a simples registos de alunos matriculados, notas, horários e semelhantes, não satisfazem ao intuito pedagógico que a estas publicações deve ser atribuído; e convindo dar-lhes o carácter e importância que merecem a bem do ensino secundário, determina o Exmo. Ministro que a atenção dos reitores dos liceus seja solicitada para este assunto, de forma que d'ora avante os Anuários insiram quaisquer trabalhos de natureza pedagógica e exercícios de alunos que de tal distinção sejam dignos, o que tudo o Exmo. Ministro espera do seu zelo e dedicação pelo ensino” (Dec. nº 2.132, 16 de dez. 1915).

Como verificamos, nos meandros académicos, havia a consciencialização de que uma publicação periódica, pelo fato de ser periódica, poderia reorganizar procedimentos e, sobretudo, consolidar pedagogias e igualá-las às reinantes na europa. A motivação para tal reformulação fundamenta-se em fatores exógenos, argumentando-se que todos os países civilizados publicavam monografias sobre os seus serviços públicos. Estas publicações eram, por assim dizer, representações das nacionalidades e certames de pensamento da atividade humana.

BIBLIOGRAFIA:

CASTILHO, J.M. Tavares (2010). *Os procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República: Texto Editora.

NÓVOA, António (dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (século XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. (Memórias da educação).

FERRÃO, António (1920). *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*. Coimbra: Imprensa Nacional. (Ciências auxiliares da História. Bibliografia e bibliotecografia).

FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís (2013). “A formação de professores do ensino liceal. A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)”. *Revista Portuguesa de Educação*; Nº 26, (2013), p. 85-109.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1916). “A obra pedagógica da república”. *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, A. 1, Nº 1, (Mar. 1916), p. 5-6.

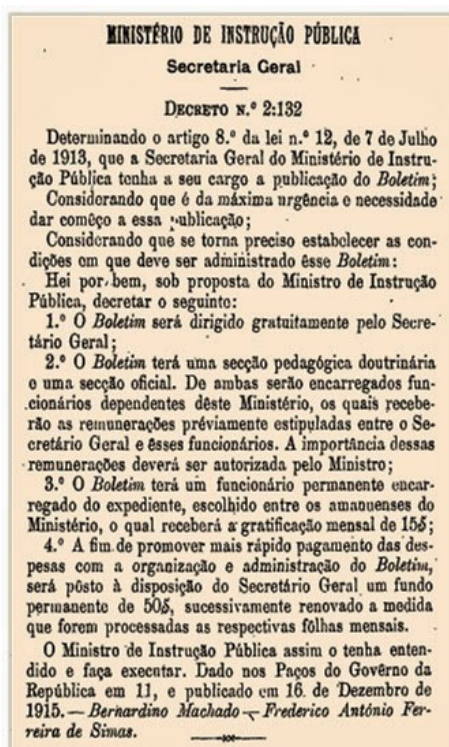
PORTUGAL. Decreto nº 2.132, [de 16 de dezembro de 1915]. *Diário do Governo*, 1ª Série, Nº 255, p. 1344.

RODRIGUES, Jorge de Sousa. “Um roteiro da educação nova em Portugal: Escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935)”[on-line]: *Análise Social*; Nº 176, (2005), p. 731-736. ISSN 0003-2573.
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0003-25732005000400015&script=sci_arttext> [consulta: 3 março 2014].

SILVA, Carlos Manique da (2010). *Publicações periódicas do ministério da educação: repertório analítico (1861-2009)*. Porto: Universidade do Porto.

2014/04/02

Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública - II



Saiba mais sobre o Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública como instrumento da obra pedagógica da república, quer no que respeita à legislação, quer nas investigações produzidas no âmbito das suas funções.

Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

DECRETO N.º 2:132

Determinando o artigo 8.º da lei n.º 12, de 7 de Julho de 1913, que a Secretaria Geral do Ministério de Instrução Pública tenha a seu cargo a publicação do *Boletim*;

Considerando que é da máxima urgência e necessidade dar comêço a essa publicação;

Considerando que se torna preciso estabelecer as condições em que deve ser administrado esse *Boletim*:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

1.º O *Boletim* será dirigido gratuitamente pelo Secretário Geral;

2.º O *Boletim* terá uma secção pedagógica doutrinária e uma secção oficial. De ambas serão encarregados funcionários dependentes deste Ministério, os quais receberão as remunerações previamente estipuladas entre o Secretário Geral e esses funcionários. A importância dessas remunerações deverá ser autorizada pelo Ministro;

3.º O *Boletim* terá um funcionário permanente encarregado do expediente, escolhido entre os amanuenses do Ministério, o qual receberá a gratificação mensal de 15\$;

4.º A fim de promover mais rápido pagamento das despesas com a organização e administração do *Boletim*, será pôsto à disposição do Secretário Geral um fundo permanente de 50\$, sucessivamente renovado a medida que forem processadas as respectivas fôlhas mensais.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República em 11, e publicado em 16. de Dezembro de 1915. — *Bernardino Machado* — *Frederico António Ferreira de Simas*.

Diário do Governo, 1ª Série, N.º 255

A publicação do *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública* foi reproposta pelo Ministério da Instrução Pública, ao abrigo do Decreto Nº 2.132 de 16 de dezembro de 1915. O anterior Decreto faz referência direta ao artigo do Artigo 8º da Lei nº 12, de 7 de junho de 1913 – “[...] que a Secretaria Geral do Ministério da Instrução Pública tenha a seu cargo a publicação do Boletim; considerando que é da máxima urgência a publicação e necessidade dar começo a essa publicação. Considerando que se torna preciso estabelecer as condições em que deve ser administrado esse Boletim.”

A necessidade destas diretivas pedagógicas já tinha sido delineada legalmente 1913, ainda assim, a proposta definitiva só foi “dada nos Paços do Governo da República” em 11 e publicada dia 16 dezembro de 1915. Mas, somente, em março de 1916, cinco anos depois, surge à luz a primeira publicação²:

“O Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública começou a aparecer em Março de 1916, isto é mais de cinco anos depois das nossas diligências objectivadas nas propostas e planos que acima expuzemos. No artigo de apresentação do Boletim faz-se uma súpula muito rápida, e por isso incompleta d'*A obra pedagógica da República*; porém, redigido por quem, naturalmente, não trabalhou na importante obra pedagógica do Governo Provisório — e que vai de 5 de Outubro de 1910 aos fins de Maio de 1911 — passa em branco toda essa obra notável, que, na sua quasi totalidade, ainda está de pé apesar da má vontade de muitos e dos despeitos de bastantes, tudo isso junto à ignorância do maior número.

Talvez ainda um dia venhamos a tratar, com a pormenorização e o detalhe necessários em tão sérios assuntos, do que foi a obra pedagógica do primeiro governo da República, não para relatar o

² Esta proposta veiculada em 1913 não teve andamento imediato, por razões várias, como por exemplo: como a falta de verba; a falta de energia de quem tinha por função dirigir; resistência passiva de uns; deficiência de zelo de outros.

nosso esforço, que foi muito grande, muito intenso, e depois tão ingratamente recompensado — mas adiante! — mas porque defendendo todo esse trabalho pugnamos pelo que consideramos ainda hoje a mais notável obra moral da República, apesar da incoordenação de muitas das suas medidas e das lamentáveis omissões cometidas, principalmente com a não criação do Ministério de Instrução Pública, e com a falta da reforma do ensino secundário que cortou, desastrosamente, a continuidade do ensino primário com o superior nos seus dois grandes tipos: o universitário — ou da ciência pura, e o técnico — ou da ciência aplicada.

Ainda ultimamente ouvimos uma afinadíssima orquestra de elogios ao *Estatuto Universitário* promulgado em 1918; pois coteje-se esse diploma com a *Constituição Universitária* de 11 de Abril de 1911, e diplomas conexos, e vê-se há -que tanto no seu *espírito*, como, até, por vezes, na sua redacção a diferença é nula no que respeita ao texto dos diplomas. Apenas a tabela de vencimentos que segue o *Estatuto* de 1918, difere dos orçamentos até então fixados. Pela nova tabela desse decreto os vencimentos do professorado universitário são melhorados notavelmente: eis o segredo da grande fama do *Estatuto sidonista!*” (Ferrão, 1920:55).

Como denotou Ferrão (1920:55) em *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*, a criação do Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública surgiu definitivamente em março de 1916 como instrumento da *obra pedagógica da república*. Sendo que esta publicação periódica portuguesa foi, ou pretendeu ser, o elo de ligação entre o Ministério de Instrução Pública e o público a alfabetar — aperfeiçoa-se, assim, a obra educativa de alcance social e moral através de entusiastas, progressista e intelectuais: Leiamos, seguidamente, a súmula dos objetivos publicada no *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, A. 1, N° 1, (Março, 1916), p. 5-6:

“Publica-se êste Boletim para estabelecer definitivamente, entre o público e o Ministério de Instrução, um mais estreito, constante e íntimo contacto.

A República tem realizado pela instrução do País um esforço admirável. Mas decerto convém que a esse esforço se associe a nação inteira, por um melhor entendimento do que ele vale e significa. Não tem outro fim a publicação hoje iniciada, que não seja criar fortes laços de solidariedade, entre o governo e os cidadãos, na continuação, na defesa e no aperfeiçoamento da obra educativa do novo regime, obra de tão alto alcance social e moral, e de tão puro entusiasmo pelos nossos progressos intelectuais. Esses laços de solidariedade tornam-se indispensáveis numa democracia consciente, para que as aspirações de todos encontrem eco e satisfação nas regiões oficiais; e para que estas, por sua vez, sintam e saibam que trabalham dentro dum critério nacional, e, portanto, imediatamente fecundo e útil.

O Boletim inspirar-se-á nesta maneira de ver. E procurará, portanto, ser um resumo fiel dos trabalhos do Ministério, e, ao mesmo tempo, uma resenha de todas aquelas intenções

e reformas que ao Estado pareça conveniente efectivar, para bem da República e do País. [...].

Simultaneamente, promulgou uma série de reformas, todas animadas dum nobre critério pedagógico e de intuítos profundamente liberais, nos quais acima de tudo sobreleva o desejo de criar um ensino do povo para o povo, prático, fecundo e apto a reformar trabalhadores e cidadãos“ (M.I.P., 1916:5-6).

O Boletim Oficial divulgou essencialmente legislação e investigações produzidas no âmbito das funções do Ministério da Instrução Pública. Editado em dois períodos distintos — 1916 - 1917 e 1929 – 1936, denotam-se significativas variações no plano discursivo, derivadas, evidentemente, das sucessivas reestruturações do Ministério e dos sucessivos sistemas de ensino.

Como bem verificou Silva (2010:85), existe uma oscilação de interesses entre as secções pedagógicas/oficiais, nas quais era dividida a publicação. Por exemplo, na década de 1930 verifica-se uma progressiva diminuição da componente pedagógica. A secção oficial inclui um vasto conjunto de diplomas de natureza jurídica diversa (decretos, despachos, circulares, etc.), que se reportam à quase totalidade de assuntos relacionados com o sistema educativo, subdividindo-se em assuntos pedagógicos e gestão escolar:

- Ensino primário;
- Ensino normal (mais tarde magistério primário);
- Ensino secundário (liceal, técnico e profissional);
- Ensino superior e técnico-superior;
- Inspeção pedagógica e sanitária;
- Secretaria-geral (legislação e assuntos diversos);
- Serviços centrais ou dependentes do Ministério;
- Profissão docente;
- Museu Pedagógico de Lisboa e regulamentação de várias instituições;
- Recomendações de natureza educativa não-formal (escoteiros, associativismo escolar, e publicações escolares);
- Etc.

A seção pedagógica, uma das mais apetecíveis aos leitores da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivos, é composta por relatórios; lições inaugurais; conferências; comunicações e estudos; bem como por um importante volume de dados estatísticos. Nesta seção são tratados assuntos, tais como:

- Pedagogia e didática, aplicadas ao ensino de algumas disciplinas e à sua inserção curricular (por ex.: Matemática, Língua materna, História, Educação Física e Desenho);
- Seleção e avaliação escolares, ora analisando estatutos nos vários graus de ensino, ora estudando o papel e resultados dos exames em múltiplas vertentes;
- Organização e funcionamento do *sistema escolar* (patentes no texto de Adolfo Coelho sobre o ensino secundário 1916/17);
- Reformas e organização escolar no estrangeiro (Estados Unidos e Brasil, sobretudo);
- Problemas específicos e organização do ensino técnico e profissional (destaque de Ernesto Korrodi sobre o ensino profissional-artístico de canteiros e o número especial 1934);
- Saúde escolar e higiene inerentes à população escolar;
- Questões relativas ao ensino superior, nomeadamente no âmbito da extensão universitária;
- Inspeção escolar, onde se destacam os relatórios por distrito escolar;
- Rede escolar primária (conjunto de dados estatísticos relativos a 1915 e 1929/30);
- Apreciação e aprovação dos manuais escolares.

A periodicidade do Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública é mensal (desde Jun. 1916 agrupam-se vários números por cada edição) e eventual a partir de 1929 (entre dois a quatro números por ano). Em termos gerais, o Boletim do Ministério da Instrução Pública publica-se entre março de 1916 - outubro-dezembro de 1917 e, depois de um pequeno interregno, entre janeiro-julho de 1929 – 1935.

Os principais colaboradores, até final de 1917, com alguma regularidade, são António Aurélio da Costa Ferreira; Ernesto Korrodi; Costa Sacadura e Pedro José da Cunha. Colaboram mais esporadicamente A. Freire de Andrade; Bento Carqueja e Francisco Adolfo Coelho; Luís Cardim; F. A. da Costa Cabral; João Ribeiro Cristino da Silva; José de Araújo Correia; Euclides Goulart da Costa; Amaro de Oliveira; Tude M. de Sousa;

Reinaldo dos Santos; Carlos Babo e Rudolfo Guimarães. Entre 1929 e 1935 colaboram Maria dos Reis Campos; José Pereira; José Júlio Rodrigues; o diretor do Boletim, entre outros. O responsável editor é o Ministério da Instrução Pública e Diretor Oliveira Guimarães (a partir de 1929).

BIBLIOGRAFIA:

CASTILHO, J.M. Tavares (2010). *Os procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República: Texto Editora.

NÓVOA, António (dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (século XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. (Memórias da educação).

FERRÃO, António (1920). *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*. Coimbra: Imprensa Nacional. (Ciências auxiliares da História. Bibliografia e bibliotecografia).

FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís (2013). “A formação de professores do ensino liceal. A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)”. *Revista Portuguesa de Educação*; Nº 26, (2013), p. 85-109.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1916). “A obra pedagógica da república”. *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, A. 1, Nº 1, (Mar. 1916), p. 5-6.

PORTUGAL. Decreto nº 2.132, [de 16 de dezembro de 1915]. *Diário do Governo*, 1ª Série, Nº 255, p. 1344.

RODRIGUES, Jorge de Sousa. “Um roteiro da educação nova em Portugal: Escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935)”[on-line]: *Análise Social*; Nº 176, (2005), p. 731-736. ISSN 0003-2573.

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0003-25732005000400015&script=sci_arttext> [consulta: 3 março 2014].

SILVA, Carlos Manique da (2010). *Publicações periódicas do ministério da educação: repertório analítico (1861-2009)*. Porto: Universidade do Porto.

2014/04/09

**Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública - José
Guimarães (1877 - 1960)**



José Guimarães (1877 - 1960) desempenhou várias funções ligadas ao ensino durante a sua vida. Entre 1929 e 1936 dirigiu o Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública. Saiba mais sobre a sua vida e a sua atividade pedagógica.

Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública



De 1916 até 1929 o Ministério da Instrução Pública foi editor e responsável editorial.

A partir de 1929 até 1936, José Joaquim de Oliveira Guimarães foi o diretor.

José Guimarães (1877-1960), licenciado e doutorado em letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, desenvolveu aqui uma importante atividade institucional e científica na primeira metade do século XX, tendo sido Professor nessa instituição e reitor interino em 1921 e, mais tarde, diretor das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa.

Como professor da Escola Normal Superior lecionou *Metodologia Geral das Ciências do Espírito* em dois períodos distintos, entre 1916-1919 e 1928-1930. Lecionou ainda *Pedagogia geral* também em dois períodos, entre 1924-1926 e 1928-1930. Nesta mesma época académica desempenhou outro tipo de cargos, como o de Bibliotecário da Escola Normal Superior (1925-1928) e Secretário da Escola Normal Superior (3.8.1929). Destacou-se como membro do Centro Académico da Democracia Cristã, de Coimbra, desde 1906.

Em Coimbra, no período de 1910-1921, dirigiu o Colégio Moderno. No ensino secundário, exerceu funções de inspeção, nomeadamente, como inspetor-geral do ensino particular, para além de ter presidido à Comissão encarregada de estudar um novo tipo de liceu (1932) e de produzir diversos estudos e relatórios sobre a organização pedagógica e administrativa das escolas. Durante o Estado Novo foi inspetor do Ensino Particular, com a função de verificar o cumprimento das regras estabelecidas para este tipo de ensino (de sujeição total às diretrizes do governo), e um dos obreiros da célebre reforma de Carneiro Pacheco em 1936.

“O registo de actividades do Colégio, obtido por informação do próprio Oliveira Guimarães em 1913, não denuncia qualquer actividade ligada à religião e nos propósitos apresentados apenas se afirma que a educação moral é toda tendente a integrar no carácter dos alunos um automatismo psicológico de uma moralidade perfeita. No entanto, em 1913, dizer algo de mais concreto para além disto poderia implicar o fecho do Colégio.

(Rodrigues, 2005:735)

Como pedagogo, reforçou a necessidade da filosofia prática – a educação moral integra o aluno no automatismo psicológico através de um aperfeiçoamento

constante. Ainda assim, como diretor do Instituto de Orientação Profissional, na década de quarenta, desenvolveu investigações na *área da psicotécnica* e das suas aplicações ao sector do ensino. Era grande conhecedor das investigações realizadas no estrangeiro, onde, por conseguinte, se deslocou em viagens de estudo e, ao mesmo tempo, proferindo conferências em vários países (por ex.: Brasil, Espanha e Suíça).

“Esta ideia insere-se numa tendência de desenvolvimento da psicotécnica, de que é um dos principais divulgadores em Portugal, [...]. O conjunto destas perspectivas conduz José Joaquim de Oliveira Guimarães a uma intervenção na área da orientação escolar e profissional, que constitui, na sua opinião, um problema ‘de que a escola não pode alhear-se, sob pena de não atingir as finalidades concretas, verdadeiramente positivas e úteis, que as exigências da vida imperiosamente lhe impõem [...]’. É neste plano que o seu contributo pedagógico adquire um certo destaque e originalidade sempre marcada pela ideia-força da ‘eficiência social’ [...]” (Nóvoa, 1993:672)

Como verificamos, no *Dicionário dos educadores portugueses* (Nóvoa, 1993:672) são apontadas algumas orientações do ensino psicotécnico de Oliveira Guimarães, pedagogias sustentadas pela eficiência social, ou seja, a orientação profissional é, pois, indispensável para as boas práticas sociais.

A Biblioteca Nacional apresenta algumas obras de autoria de José de Guimarães que se dispersam entre a juventude e a sua carreira político-administrativa (Procurador à Câmara Corporativa), ou seja, entre 1882-1947. Manuais escolares, sobretudo antologias latinas (*crestomatia latinas* - coleção de trechos escolhidos em autores clássicos), estudos político-pedagógicos e escritos de cariz religioso:

- *Crestomatia latina: para uso dos alunos da 7ª classe dos liceus*. Coimbra: Coimbra Editora, 1929
- *Crestomatia latina: para uso dos alunos das 6ª e 7ª classe dos liceus*. Coimbra: Coimbra Editora, 1929
- *Doutor José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Officina Fernandes, 1942
- *Evolução e tendências da psicotecnia em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1940
- *Guimarães e Santo Antonio*. Guimarães: Freitas & Ca, 1895
- *Jornal de calliope: revista critica e litteraria*. Porto: [s.n., 1882]

- *Lições de direito eclesiástico*. Coimbra: Litographia Cardozo, 1903
- *Noções elementares de calculo estatistico applicavel ás medidas escolares: testes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931
- *Oficio dirigido pelo conselho da Escola Normal Superior de Coimbra ao Senado da Universidade*. [Coimbra: s.n., 1928]
- *L'orientation professionnelle au Portugal*. Lisboa: Instituto Francês em Portugal, 1942
- *As origens do episcopado. 1902* [Coimbra: Impr. da Universidade, 1902]. (Dissertação para concurso na Fac. de Teologia de Coimbra)
- *Possibilidades educativas em Portugal: organização escolar portuguesa*. [Lisboa: Tip. Jorge Fernandes], 1947

O seu pensamento pedagógico-político está impresso nos dois títulos de periódicos que dirigiu, um, como bem sabemos, foi o *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, entre 1929-1936; o outro foi o *Boletim do Instituto de Orientação Profissional*, entre 1940-1946. Colaborou, ainda, em Académico Figueirense; Arquivo Pedagógico; Boletim do Instituto de Orientação Profissional; Ensino Particular; Escola Portuguesa; Escolas Técnicas; Labor e Liceus de Portugal.

José Guimarães na sua carreira político-administrativa foi *Procurador à Câmara Corporativa* por designação do Conselho Corporativo. Castilho (2010) em *Os procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*, faz alusões a relatos levados a cabo por José Guimarães enquanto Procurador:

Carreira parlamentar - legislaturas	Secções
V legislatura (1949-1953)	20ª – Política e administração geral

Relatados:

- 1/V – Autorização de receitas e despesas para 1950. 3/V – Reforma do ensino das Belas-Artes (Relator);
- 4/V – Luta contra a tuberculose;
- 6/V – Sobre amnistia, protecção aos inválidos de guerra e revogação das leis de banimento;
- 7/V – Alterações ao regime do inquilinato;
- 8/V – Organização dos Serviços de Registo e do Notariado;
- 9/V – Nova rubrica na tabela das profissões liberais para efeitos de imposto;

- 10/V – Autorização de receitas e despesas para 1951;
- 11/V – Revisão do Acto Colonial;
- 12/V – Revisão da Constituição Política;
- 14/V – Proposta de lei de autorização da emissão dum empréstimo interno denominado «Obrigações do Tesouro, 1951»;
- 16/V – Projecto de lei de aditamento dum artigo à Constituição Política, sobre a defesa da língua;
- 17/V – Projecto de lei de um aditamento ao artigo 109.º da Constituição, sobre a ratificação de decretos-leis;
- 18/V – Projecto de proposta de lei do condicionamento das indústrias;
- 21/V – Constituição e regulamentação do Conselho Superior das Investigações Científicas e das Relações Culturais;
- 22/V – Autorização das receitas e despesas para 1952;
- 23/V – Bases da organização da defesa nacional;
- 24/V – Protocolo adicional ao Tratado do Atlântico Norte;
- 25/V – Estatuto do Turismo;
- 27/V – Organização geral da aeronáutica militar;
- 28/V – Recrutamento e serviços nas forças aéreas;
- 29/V – Atribuição de responsabilidades em casos de alcance de valores públicos;
- 30/V – Regulamentação do uso das viaturas automóveis oficiais
- 42/V – Protocolo adicional ao Tratado do Atlântico Norte.

BIBLIOGRAFIA:

CASTILHO, J.M. Tavares (2010). *Os procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República: Texto Editora.

NÓVOA, António (dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (século XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. (Memórias da educação).

FERRÃO, António (1920). *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*. Coimbra: Imprensa Nacional. (Ciências auxiliares da História. Bibliografia e bibliotecografia).

FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís (2013). “A formação de professores do ensino liceal. A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)”. *Revista Portuguesa de Educação*; Nº 26, (2013), p. 85-109.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1916). “A obra pedagógica da república”. *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, A. 1, Nº 1, (Mar. 1916), p. 5-6.

PORTUGAL. Decreto nº 2.132, [de 16 de dezembro de 1915]. *Diário do Governo*, 1ª Série, Nº 255, p. 1344.

RODRIGUES, Jorge de Sousa. “Um roteiro da educação nova em Portugal: Escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935)”[on-line]: *Análise Social*; Nº 176, (2005), p. 731-736. ISSN 0003-2573.
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0003-25732005000400015&script=sci_arttext> [consulta: 3 março 2014].

SILVA, Carlos Manique da (2010). *Publicações periódicas do ministério da educação: repertório analítico (1861-2009)*. Porto: Universidade do Porto.

2014/04/16

Peça do mês de abril



Capela

A maquete é uma representação, geralmente tridimensional e em escala reduzida, de grandes estruturas arquitetónicas. Resultado do trabalho dos alunos em contexto das práticas pedagógicas de serralharia, as maquetas apresentadas representam capelas de algumas freguesias portuguesas, destacando-se pela mestria e beleza do trabalho executado. Pertencem ao espólio museológico da Escola Secundária Jácome Ratton.

A maquete inventariada com o número ME/400270/665, realizada em metal sobre madeira, representa a capela existente na povoação de Santa Marta, freguesia de Santa Maria dos Olivais. Esta apresenta um corpo central, com cobertura de duas águas e fachada com alpendre, com três águas, sustentado por duas colunas de fuste redondo sobre murete, protegendo o portal. Lateralmente dispõe-se pequenos corpos, com a cobertura de uma água, apresentando, situado à direita, uma pequena sineira em arco de volta perfeita no plano do alçado tardoz.

A maquete inventariada com o número ME/400270/66, também, foi realizada em metal sobre madeira Nossa Senhora da São João Baptista. coberturas telhados de duas transepto rematado no fecho tem um por terraço, em que a coroa a escada de



e representa a capela de Conceição, freguesia de Esta apresenta diferenciadas em águas nas naves, ao centro por cúpula, e pináculo e capela-mor um canto, um cupulim acesso. Cúpula e terraço

são rematados por uma platibanda vazada. Na fachada principal, ao centro, um portal retangular encimado por um óculo semicircular, ladeado por duas janelas de igual perfil, fechando no vértice formado pela cobertura, por cruz latina. Todas as janelas têm vãos retangulares, distribuindo-se simetricamente pelas fachadas laterais. Na fachada direita, por baixo de uma das janelas, encontra-se outra porta retangular.

A maquete inventariada com o número ME/400270/667, em metal sobre madeira, representa a capela de Nossa Senhora da Piedade, freguesia de São João Baptista. Apresenta um desenvolvimento longitudinal com disposição dos volumes na horizontal. O corpo central tem uma cobertura de duas águas, rodeado por galilé segundo três lados, com cobertura de uma água e com campanário do lado direito. As restantes coberturas diferenciam se em telhados de duas, quatro e uma águas, tendo sobre a capela-mor um coruchéu em forma de pirâmide hexagonal. O alçado principal é rematado por cruz no vértice, rasgado por óculo e portal ogival ladeado por duas janelas retangulares. O galilé assenta em colunas de fuste redondo sobre murete, circundada pelo exterior por banco corrido. O alçado direito é rasgado por portal em arco.

A maquete realizada em metal sobre madeira, da capela de São Lourenço, freguesia de São João Baptista está inventariada com o número ME/400270/668. Apresenta uma planta longitudinal, composta pela nave de planta retangular com telhado de duas águas, alpendre adossado à fachada principal, sustentado por

pilares de secção quadrada assentes num murete e telhado com três águas, abside semicircular com telhado prismático e sacristia de planta retangular com telhado de uma água. O alpendre protege o portal retangular. Sobre o lado direito uma pequena sineira em arco de volta perfeita. Fixo à base de madeira, na frente, próximo do canto direito, uma coroa circular de metal tendo, segundo o diâmetro, um elemento longitudinal terminado numa extremidade por uma seta e na extremidade oposta pela letra S.



ME/400270/668

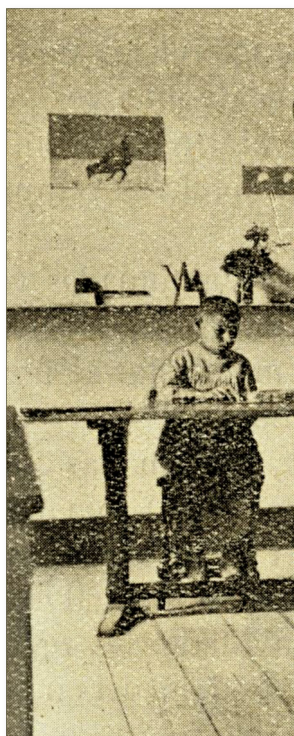
2014/04/22

Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa



Saiba mais sobre a história da educação especial em Portugal, mais concretamente sobre o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa.

Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa



“E perder um defeito, ou uma deficiência, ou uma negação, sempre é perder.”

(Fernando Pessoa)

Fonte: RIBEIRO (2009:196)

Segundo Pires e Condado (2012:103), em Portugal, nunca foi feita uma verdadeira história de educação especial, não obstante, poderemos determinar marcos importantes de tal modalidade de educação:

- Em 1871 foi criada a primeira Casa de Detenção e Correção para menores delinquentes do sexo masculino até aos 18 anos e para menores de 21 anos considerados *desobedientes e incorrigíveis*;
- Em 1888, surgiu, em Lisboa, o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho e em 1900 foi fundado o Instituto de Cegos Branco Rodrigues, primeiro em Lisboa, e, três anos mais tarde, no Porto;
- Em 1890, foi fundado o Instituto de surdos de Benfica, onde, usando a metodologia introduzida por Jacob Rodrigues Pereira, adotando o sistema de ensino ajustado às necessidades de alunos surdos, débeis mentais e com deficiência da fala;
- Em 1912 foi instituída a Colónia Agrícola de S. Bernardino, em Peniche, e, em 1915, fundou-se o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa;
- Em 1913, o Pedagogo António Aurélio da Costa Ferreira incentivou a educação de surdos. Em 1914, surgiu o primeiro Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, de cariz asilar e com preocupações psiquiátricas, que, alguns anos mais tarde, dará origem ao *Instituto António Aurélio da Costa Ferreira*, cujos objetivos se orientam declaradamente para a formação de pessoal docente para a educação de deficientes.

“António Aurélio da Costa Ferreira, provedor da Santa Casa da Misericórdia, Director da ‘Casa Pia de Lisboa’ durante muitos anos, fundou duas instituições para «anormais», nomeadamente a ‘Colónia Agrícola de S. Bernardino’ (1912) em Peniche e o ‘Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa’ (1915), em Santa Isabel, que mais tarde passou a denominar-se ‘Instituto António Aurélio da Costa

Ferreira' (designado à frente por IAACF), em sua homenagem. É a partir do IAACF que se vai organizar e estruturar a Educação Especial em Portugal" (Mesquita, 2001:33).

Atendendo à investigação histórica de Mesquita (2001:33) apresentada à Universidade de Salamanca e, ainda, aos estudos pedagógicos de Ribeiro (2011:249), estamos aptos a afirmar que no verão de 1912, a Direção da Casa Pia de Lisboa instalou no extinto convento de S. Bernardino, em Atouguia da Baleia, concelho de Peniche, uma Colónia Agrícola para acolher todos aqueles que, devido às suas condições de dependências sociais, constituíssem um estorvo a Belém.

Esta descrição, com rasgos neorrealistas, poderá chocar-nos, ainda assim, não podemos olvidar que, em Portugal, antes de 1912 nada havia sido feito a nível pedagógico para educação de deficientes – a descrição e análise de experiências vividas e analisadas restringiam-se a crianças deficientes que estivessem em idade de começar aprendizagens profissionais.

Havia a necessidade imperiosa de reinstalar os deficientes em locais diferentes da Casa de Belém. Aqui nada aprendiam, seria então necessário proporcionar-lhes uma instrução e educação especiais, racionalizadas a partir das suas necessidades e que potenciassessem uma futura inserção na sociedade, desta vez como cidadãos úteis a si e aos outros. Nasceu o Instituto Médico-Pedagógico que, em meados de 1915, já se encontrava a funcionar na Travessa das Terras de Sant'ana, a Santa Isabel, em Lisboa:

“Timidamente, o Instituto Médico-Pedagógico deu-se a conhecer, sem a pompa de outras inaugurações que tiveram direito ao estalejar de foguetes. Viviam-se tempos difíceis. Contudo, a necessidade de encaixar as crianças *atardadas* em classes de pares, aliada à insistência do Director da Casa Pia, tornou possível a realização deste projecto e, por consequência, a fundação do primeiro instituto médico-pedagógico em Portugal.

O itinerário desta viagem percorre caminhos sinuosos, por vezes, difíceis de palmilhar. Se dos claustros de S. Bernardino ecoaram as vozes dos '*anormais do género irrequieto*' que habitavam as suas

instalações, muito graças aos escritos do professor-regente, do anexo de Santa Isabel murmura o silêncio de quem não partilha com o investigador o quotidiano das classes especiais do Instituto. Torna-se difícil perseguir as passadas de Costa Ferreira na criação deste instituto, até porque o seu critério na selecção dos documentos inseridos nos anuários da Casa Pia, fonte inalienável e de valor incalculável, não se demonstrou tão desvelado comparativamente com os seus restantes projectos. Deste modo, e aceitando com resignação o silêncio das fontes, vagueámos pelas pistas sugeridas e tentámos acompanhar a criação e o funcionamento deste instituto, durante os primeiros anos de existência” (Ribeiro, 2009:198).

Timidamente em tempos difíceis foram encaixadas “crianças atardadas em classes de pares” e, assim, se fundou o primeiro Instituto Médico-Pedagógico em Portugal. Mais: estas crianças, as que os Claustros de S. Bernardino albergavam, a partir de agora, eram “anormais do género inquieto”, ainda assim, este frenesim neorrealista foi controlado pela sageza psicopedagógica de António Aurélio da Costa Ferreira – preenche, assim, lacunas na educação de anormais através de processos intuitivos.

O Decreto-Lei nº 335/85 de 20 de agosto de 1985 reconhece as contribuições da Casa Pia de Lisboa para a cultura portuguesa, desde 1780 até aos nossos dias, mas, acima de tudo, pelos muitos e muitos milhares de cidadãos que nestes dois séculos formou para a vida — sua maior glória — justo é reconhecer nela, como um dia lhe chamou Latino Coelho, a “universidade plebeia”.

Fundada em 3 de Julho de 1780 por Diogo Inácio de Pina Manique, no prosseguimento das notáveis reformas anos antes lançadas pelo Marquês de Pombal, começou por dar resposta a algumas das muitas e legítimas preocupações com a ordem pública e saneamento social, transformando-se, a breve trecho, numa modelar escola para os filhos da população mais desamparada do País.

“Costa Ferreira criou o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, que tão relevantes contributos deu à causa da investigação científica no campo da psicopedagogia; instituiu os testes de

inteligência de Alfredo Binet; estabeleceu cursos pedagógicos e fomentou o enriquecimento técnico e formativo do pessoal docente da instituição, fazendo dela um dos grandes suportes na reforma da educação levada a efeito pelo Governo da I República; criou o ensino especial para os deficientes físicos e para os alunos menos dotados; criou o salário estímulo para os educandos e empurrou-os para a prática desportiva, de que a Casa Pia seria um grande alfobre e origem da fundação de alguns dos maiores clubes desportivos portugueses.

Aurélio da Costa Ferreira orientou a formação dos alunos da Casa Pia de Lisboa segundo dois grandes parâmetros: educação interna e educação externa” (Decreto-Lei nº 335/85 de 20 de agosto de 1985).

Em Portugal, como anteriormente verificamos, são destacados dois precursores em Pedopsiquiatria. Referimo-nos ao Dr. António Aurélio da Costa Ferreira (1874-1922), licenciado em Medicina e em Filosofia, antropólogo e professor, introdutor do estudo científico das crianças deficientes e do seu ensino, no Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa. Podemos igualmente referenciar o Prof. Vítor Fontes (1895-1974), médico psiquiatra, professor de Anatomia da Faculdade de Medicina de Lisboa, pedagogo, que terá continuado e desenvolvido a obra do primeiro, interessando-se especialmente pelas “anomalias craneanas dos deficientes mentais”.

“Na mesma linha de orientação, mas dotado de envergadura científica muitíssimo superior, situa-se António Aurélio da Costa Ferreira. À sua acção como responsável pelo Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, que foi notável, deverão adicionar-se os estudos técnicos realizados no âmbito da psicologia experimental e os cursos que ministrou na Escola Normal de Benfica, cujo teor concreto se adivinha através das orientações gerais que preconizava. Como outros pedagogistas do seu tempo, António Aurélio da Costa Ferreira também enfileirou na campanha antijesuítica no sector da educação. [...] Costa Ferreira preconizava, pelo contrário, o desenvolvimento de todas as capacidades do educando, de acordo com as ideias de Kant e de Pestalozzi, de tal sorte que a escola se não limitasse a proporcionar a adaptação do jovem ao meio social mas, pelo contrário,

contribuísse para a sua intervenção activa na vida” (Fernandes, 1979:35-38).

Como bem verificou Coordenação Nacional para a Saúde Mental e a Administração Central do Sistema de Saúde (2006:10), o Instituto Médico-Pedagógico transformou-se, em 1936, no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (IAACF).

Como vimos verificando, no início da década de quarenta, a Educação Especial recebeu novo impulso com a reestruturação do Instituto Costa Ferreira como Dispensário de Higiene Mental Infantil (1942) e com a publicação do primeiro número da revista “A Criança Portuguesa” (1942-1963), por Vítor Fontes, que criou também, em 1946, as “classes especiais de anormais”.

BIBLIOGRAFIA:

COORDENAÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE MENTAL; ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE (2006). Rede de referenciação hospitalar de psiquiatria da infância

e da adolescência (documento técnico de suporte) [on-line]. 2006.

<[http://www.acss.min-](http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/DOCUMENTO%20T%C3%89CNICO%20DE%20SUPORTE_RRH_PSIQ%20IA_VERS%C3%83O_%2023%20NOV.pdf)

[saude.pt/Portals/0/DOCUMENTO%20T%C3%89CNICO%20DE%20SUPORTE_RRH_PSIQ%20IA_VERS%C3%83O_%2023%20NOV.pdf](http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/DOCUMENTO%20T%C3%89CNICO%20DE%20SUPORTE_RRH_PSIQ%20IA_VERS%C3%83O_%2023%20NOV.pdf)> [Consul. 7 março 2014].

FERREIRA, António Aurélio da Costa (1922). História natural da criança: duas lições [on-line]: Lisboa: Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa.

<http://www.sg.min->

[edu.pt/fotos/editor2/RDE/OR/FerreiraAAC_Hist%20natural/index.html#/1/](http://www.sg.min-edu.pt/fotos/editor2/RDE/OR/FerreiraAAC_Hist%20natural/index.html#/1/)>

[Consul. 7 março 2014].

FERREIRA, António Aurélio da Costa (1920). Algumas lições de psicologia e pedologia. [on-line]: Lisboa: Lumen.

<<http://purl.pt/6386>> [Consul. 7 março 2014].

FERNANDES, Rogério (1979). A pedagogia portuguesa Contemporânea. Lisboa: Of. Gráfica da Liv. Bertrand, 1979. (Biblioteca Breve; 37).

MESQUITA, Maria Helena Ferreira de Pedro (2001). Educação especial em Portugal no último quarto do século XX [on-line]. Tese de doutoramento [apresentada] à Universidad de Salamanca Facultad de Educación Departamento de Teoría e Historia de la Educación

<<http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1506/1/HM%20TESE.pdf>>

[Consul. 7 março 2014].

PIRES, Filipa Isabel E. Q. Pinto; CONDADO, Ricardo Jorge B.A. (2012). “Formação inicial de professores de educação física face à inclusão de alunos

com necessidades” [on-line]: Revista Wanceulen EF Digital; Nº 9 (fev. 2012), p. 101-119

<<http://www.wanceulen.com/revista/PDF/n9/9-8-formasao-inicial-professores-educacao-fisica.pdf>> [Consul. 7 março 2014].

Portugal. Decreto-Lei nº 335/85 de 20 de agosto de 1985. Diário da República; 190/85, 1.ª Série.

RIBEIRO, Cláudia Pinto (2009). Os outros: a Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão da diferença. [Porto: s.n.]. (Tese de doutoramento em história apresentada Universidade do Porto, Faculdade de Letras).

RIBEIRO, Cláudia Pinto (2011). “Por terras de frança: viagem pedagógica de um Professor Casapiano” [on-line]: Cultura, Espaço & Memória; N.º 1 (mar. 2011), p. 249-261

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8844.pdf>> [Consul. 7 março 2014].

SILVA, Maria Odete Emygdio da (2009). “Da exclusão à inclusão: concepções e práticas” [on-line]: Revista Lusófona de Educação; Nº 13 (2009).

<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-72502009000100009&script=sci_arttext> [Consul. 7 março 2014].

VERÍSSIMO, Nelson (2004). “António Aurélio da Costa Ferreira: um grande educador madeirense” [on-line]: Passos na Calçada; (Jan. 2004)

<<https://www.google.pt/#q=Passos+na+Cal%C3%A7ada>> [Consul. 7 março 2014].

2014/04/30

Exposição virtual "o tubo de Crookes"



ME/402436/147

Visite a exposição virtual sobre o tubo de Crookes, instrumento utilizado em contexto das práticas pedagógicas de Física.

Exposição Virtual "O Tubo de Crookes no Museu Virtual da Educação"

“William Crookes (1832 - 1919) foi um químico e físico inglês que se destacou em várias áreas, sobretudo na espectroscopia. Foi o inventor radiômetro de Crookes, tendo desenvolvido os chamados tubos de Crookes entre 1869 e 1875, levando a cabo uma ampla investigação acerca dos raios catódicos. O Tubo de Crookes é um tubo ou uma ampola de vidro que permite a realização de experiências, mostrando as descargas elétricas, tendo sido utilizado na descoberta dos raios X. Podendo ter vários formatos funciona da seguinte forma: no interior do tubo é criado vácuo e são introduzidos dois elétrodos, o cátodo, de forma circular e o ânodo, em forma de haste. Quando se aplica uma diferença de potencial entre o cátodo e o ânodo, pode observar-se uma luminescência esverdeada nas paredes do tubo. Se for colocado sulfureto de zinco no interior da ampola pode ver-se uma incandescência brilhante. Isto deve-se ao raio catódico, um feixe de partículas que se desloca do cátodo para o ânodo. No Museu Virtual da Educação existem vários tipos de tubos: tubo de Crookes com Cruz de Malta, tubo de Crookes com fenda, tubo de Crookes com roda de mica, cuja função é a visualização dos raios catódicos.”



ME/400397/19



ME/401614/254



ME/400580/58

2014/05/07

6ª Seminário BAD 2014 - Bibliotecas Digitais

CICLO DE SEMINÁRIOS

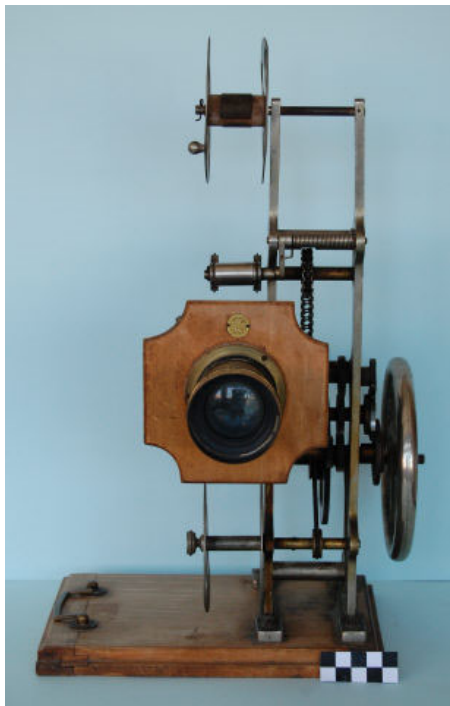


2014

A BAD irá realizar no próximo dia 12 de Maio o seminário "Bibliotecas Digitais", que pretende divulgar as coleções digitais, o seu conceito, desenvolvimento, planeamento e organização.

2014/05/14

Peça do mês de maio



Cinematógrafo

Aparelho que permite dar a sensação de movimento às imagens. Compõe-se de uma lanterna de projeção diante da qual se adapta um mecanismo que faz desfilar, em frente à objetiva, uma fita de celuloide onde se encontram as fotografias sucessivas, captadas num intervalo de tempo. Esse filme é guiado por uma espécie de engrenagem e um obturador veda automaticamente a objetiva na transmissão de duas fotografias sucessivas. Integra uma valiosa coleção de material audiovisual da Escola. Está inventariado com o número ME/400208/16 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo.

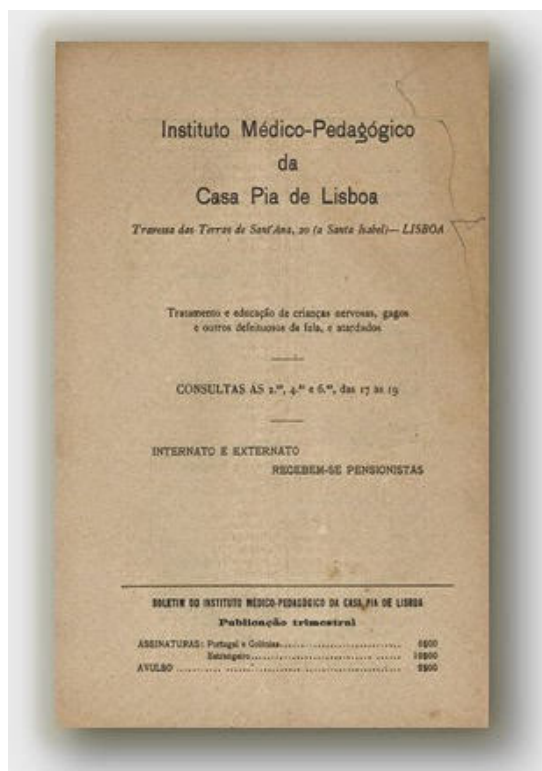
O cinematógrafo é considerado uma invenção dos irmãos Lumière, a partir do aperfeiçoamento do aparelho concebido por Thomas Edison. Combinando as

funções de uma máquina de filmar e de projeção, o cinematógrafo foi um marco na história do cinema. Regista vários instantâneos fixos, os fotogramas, criando a ilusão de movimento e reproduz esse movimento projetando as imagens sobre uma tela. A primeira apresentação pública do cinematógrafo realizou-se no sudeste da França, em 1895. No final desse ano, os irmãos Lumière organizaram em Paris, no Grand Café, a exibição comercial do invento. O cinematógrafo não foi alvo de comercialização por parte dos seus criadores e as réplicas surgiram um pouco por toda a Europa e Estados Unidos da América.

Os irmãos Lumière produziram muitos documentários, tendo formado para o efeito várias equipas de operadores que percorreram o mundo. Georges Méliès pretendia rentabilizar o cinematógrafo realizando sessões públicas no Théâtre Robert Houdin, em Paris. Apesar disso, os Lumière recusaram a oferta. Méliès adquiriu assim um aparelho semelhante em Londres criado por Robert William Paul, um industrial que, para além da filmagem dos documentários iniciou aquilo que mais tarde seria designado por “cinema de ficção”.

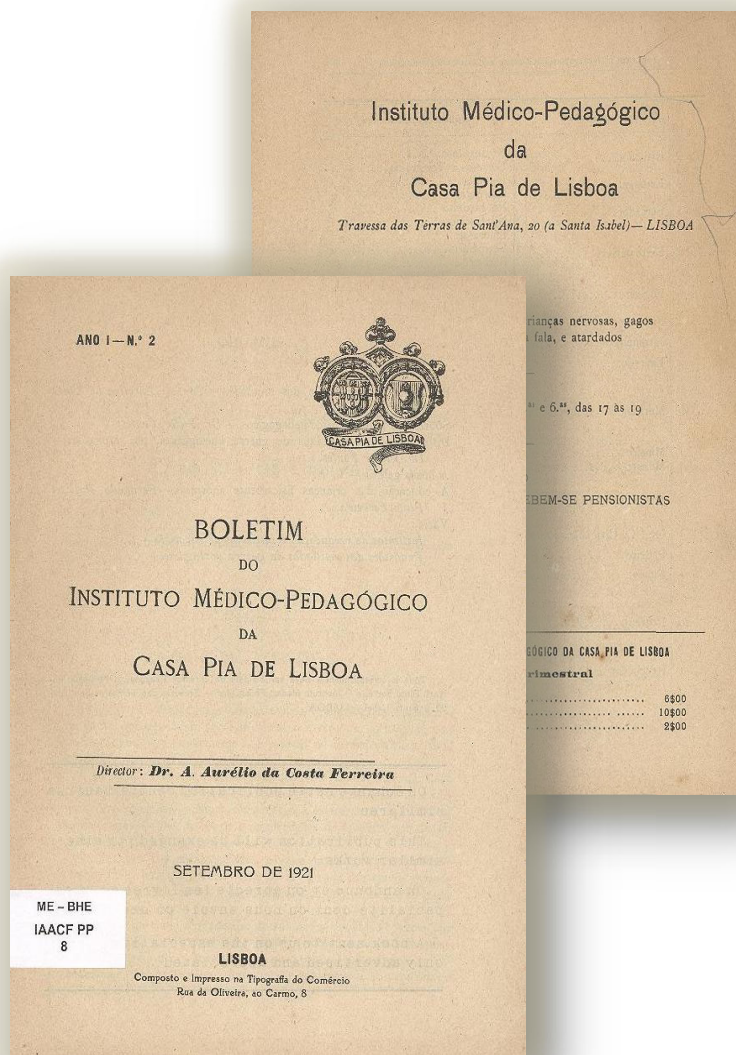
2014/05/21

Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa



Fundado em 1916, o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa publicou o seu Boletim, procurando promover a investigação nesta área.

Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa



O Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, fundado em 1916, foi uma das primeiras tentativas de reabilitação do ensino devotado a problemas educativos e sociais de menores deficientes em Portugal.

A publicação resultante do Instituto, o Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, procurou promover a investigação na área em questão. A própria organização do Boletim obedecia a regras científicas, dividido, formalmente, em duas partes estruturais:

- A. Artigos de reflexão – análises empíricas e observações diretas de pacientes do Instituto;
- B. Análises científicas – recensões bibliográficas de publicações nacionais e estrangeiras sobre deficiência de menores.

Como verificamos, há uma metodologia científica nesta publicação: por um lado, fazem-se análises científicas; por outro, escrevem-se artigos de reflexão sobre tal. Para além deste fato, sublinha-se a preocupação de disseminar a informação (Cf. Nóvoa, 1993:142):

“Este Boletim, órgão do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia, será uma espécie de meio de propaganda, entre nós, da assistência aos anormais e, além disso, uma forma de publicar e facilmente darmos conta dos ensinamentos da nossa experiência e permutamo-lo com os de outros quem no país ou fora do país, se interessem por estes capitais e monumentosos assentos” (Nóvoa, 1993:142).

Se recuarmos à década vinte, verificamos, sem surpresa, que a ausência de uniformidade nos termos utilizados pelos psicólogos e a diferença de critérios adotados por cada autor, constrói uma gigantesca panóplia de divisões e subdivisões dentro do estado anormal da criança, complexidade explicada, também, se atendermos à vastidão do assunto tratado e, aos primeiros passos da psicologia como disciplina autónoma. Como sabemos, (Ribeiro, 2010:222), António Aurélio da Costa Ferreira, César da Silva,

Fernando Palyart Pinto Ferreira e Vítor Fontes foram, entre outros, os grandes precursores do ensino especial em Portugal:

“António Aurélio da Costa Ferreira, César da Silva, Fernando Palyart Pinto Ferreira, Lucília Carmina Lopes de Santa Clara, esposa de Palyart Pinto Ferreira, Vítor Fontes, são facilmente reconhecíveis como os precursores do ensino especial em Portugal, médicos e professores que criaram e fizeram prosperar as instituições que representaram. Podem não ser os actores principais neste cenário, mas são, sem dúvida, os cicerones desta viagem. É nas suas palavras que se encontra a presença das crianças *anormais*, testemunhos capazes de construir um imaginário em torno desta vivência. São, no seu conjunto, responsáveis pela vinda destes actores para o palco educativo” (Ribeiro, 2010:222).

Na ficha catalográfica do Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa confirma-se o conteúdo da citação anterior, ou seja, os *autor-pessoa física* responsáveis principais, para além de escritores, são António Aurélio da Costa Ferreira e Fernando Palyart Pinto Ferreira, vejamos:

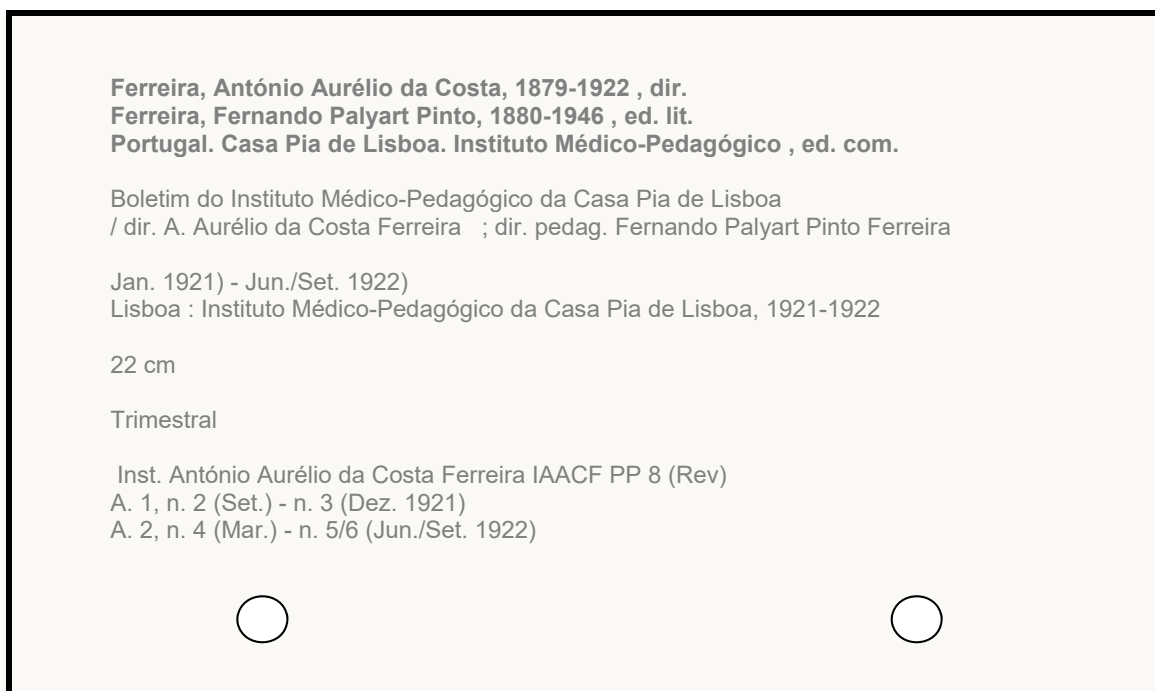


Fig. 1 – Ficha catalográfica BIMPCPL

Das exigências descritas na publicação periódica *Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa*, na figura anterior (Fig.1), provenientes do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, verificamos que, em termos absolutos, António Aurélio da Costa Ferreira detém a maior percentagem de artigos descritos nos números da Revista analisados e que se encontram na posse da Biblioteca Histórica da Educação, ou seja, cerca de 45%. Segue-se Fernando Palyart Pinto Ferreira e Vitor Fontes, que detêm 20%. Vejamos a Tabela 1 (quantificação de artigos):

Autores	Artigos	%
<i>Decroly, Ovide, 1871-1932</i>	1	5
<i>Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922</i>	9	45
<i>Ferreira, Fernando Palyart Pinto, 1880-1946</i>	4	20
<i>Fontes, Vítor, 1893-1979</i>	4	20
<i>Santos, Carlos Ary dos, 1879-1955</i>	2	10
<i>Santos, Sebastião da Costa, 1881-1939</i>	1	5
TOTAL:	20	100

Tabela 1 – Quantificação de artigos

Apresenta-se uma listagem, índice de **Autores / Títulos**, ordenado alfabeticamente, do *Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa*. Nota-se que este estudo refere-se apenas ao Ano. 1, Nº 2 (Set.) até ao Nº 3 (Dez. 1921), ainda, ao Ano 2, N.º 4 (Mar.) até ao Nº 5/6 (Jun./Set. 1922):

Algumas palavras sobre o Dr. Aurélio da Costa Ferreira

Algumas palavras sobre o Dr. Aurélio da Costa Ferreira : [a morte do Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, foi principalmente sentida no nosso meio clínico e pedagógico...]

IN *Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa* .
Lisboa : Instituto Médico-

Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 2, n. 5/6 (Jun.-Set. 1922) ,
p. 1-3 : il., fotograf.

Decroly, Ovide, 1871-1932

Plano de selecção e distribuição de crianças anormais por instituições de assistência de diversas categorias

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 3 (Dez. 1921) , p. 3 : il.

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Instituto de reeducação e institutos de educação

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 2 (Set. 1921) , p. 10-11

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Anormais de escola e escola e anormais

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 3 (Dez. 1921) , p. 1-2

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Psicologia e psicoterápia dos mutilados

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 2 (Set. 1921) , p. 1-2

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Profissões dos mutilados de guerra portugueses

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 2 (Set. 1921) , p. 11

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Ocupoterápia dos atardados

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 2, n. 4 (Mar. 1922) , p. 1-4

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Base para uma organização de serviços de assistência a menores física e mentalmente anormais

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 3 (Dez. 1921) , p. 4-5

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Libros e revistas

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 3 (Dez. 1921) , p. 12-13

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Ferreira, Fernando Palyart Pinto, 1880-1946 , co-autor

A nossa galeria : nota médica : nota pedagógica

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 2, n. 4 (Mar. 1922) , p. 3-10 : il.

Ferreira, António Aurélio da Costa, 1879-1922

Ferreira, Fernando Palyart Pinto, 1880-1946 , co-autor

Revistas

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-

Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 2, n. 4 (Mar. 1922) , p. 13-14

Ferreira, Fernando Palyart Pinto, 1880-1946

A nossa galeria : grupo de alunos no banho de sol

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 3 (Dez. 1921) , p. 11 : il.

Ferreira, Fernando Palyart Pinto, 1880-1946

A educação das criança fisicamente anormais

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 2 (Set. 1921) , p. 9-10

Fontes, Vítor, 1893-1979

Noticia sobre os estudos do Dr. Aurélio da Costa Ferreira ácerca da gaguez

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 2, n. 5/6 (Jun.-Set. 1922) , p. 3-12

Fontes, Vítor, 1893-1979

A nossa galeria

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 2 (Set. 1921) , p. 7-8 : il.

Fontes, Vítor, 1893-1979

Profissões de antes e depois das entrada para o Instituto [de Arroios]

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 2 (Set. 1921) , p. 11-13

Fontes, Vítor, 1893-1979

**Sobre dois boletins psico-pedagógicos empregados na secção de
orientação profissional do
Instituto de Arroios**

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 2 (Set. 1921) , p. 3-6

Santos, Carlos Ary dos, 1879-1955

**A educação e a utilização dos surdos-mudos nalgumas das industrias
Transmontanas : [trabalho apresentado ao 1.º congresso Transmontano]**

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 2, n. 5/6 (Jun.-Set. 1922) , p. 13-20

Santos, Carlos Ary dos, 1879-1955

**Disposições gerais para a criação de escolas para o ensino de surdos-
mudos**

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 1, n. 3 (Dez. 1921) , p. 7-10

Santos, Sebastião da Costa, 1881-1939

Assistência aos cegos

IN Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa .
Lisboa : Instituto Médico-
Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, A. 2, n. 4 (Mar. 1922) , p. 11-12

BIBLIOGRAFIA:

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O DR. AURÉLIO DA COSTA FERREIRA. (1922). Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa; A. 2, N. 5/6 (Jun.-Set. 1922), p. 1-3

FERREIRA, António Aurélio da Costa (1922). *História natural da criança: duas lições* [on-line]: Lisboa: Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa. http://www.sg.min-edu.pt/fotos/editor2/RDE/OR/FerreiraAAC_Hist%20natural/index.html#/1/ [Consul. 7 março 2014].

FERREIRA, António Aurélio da Costa (1920). *Algumas lições de psicologia e pedologia*. [on-line]: Lisboa: Lumen. <http://purl.pt/6386> [Consul. 7 março 2014].

NÓVOA, António (dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (século XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. (Memórias da educação).

RIBEIRO, Cláudia Pinto (2010). “Viver na diferença... a Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão”. in: *Revista da Faculdade de Letras*; Vol. 11, 3.^a Série, (2010), p. 219-236.

VERÍSSIMO, Nelson (2004). “António Aurélio da Costa Ferreira: um grande educador madeirense” [on-line]: Passos na Calçada; (Jan. 2004) <https://www.google.pt/#q=Passos+na+Cal%C3%A7ada> [Consul. 7 março 2014].

2014/06/04


SOS Digital: edição especial dia 18 de junho



A iniciativa SOS digital da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) vai ter uma edição especial no dia 18 de junho, dedicada à apresentação, esclarecimento e debate de conceitos base e avançados sobre vários aspetos e perspetivas de preservação digital.

2014/06/11

Tardes no Thalia - 18 de junho



SGE | SEC Secretaria-Geral
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Tardes no Thalia
Dia: 18 de Junho, às 18.00

- Os Cursos Profissionais de Música: entre o Ideal e o possível por Gaspar Vaz;
- Momento musical: Agrupamento de Escolas de Cister - Alcobaça

Horas: 18:00 às 19:30
Inscrição: Obrigatória por e-mail: inscricao@sgce.mec.gov.pt
Mail: teatro.thalia@sgce.mec.gov.pt

Local:
Estrada das Laranjeiras, 205
Torres Vedras
Alcobaça nº 701, 726, 755
Metro: Jardim Zoológico

No dia 18 de junho, a partir das 18 horas, venha passar o seu fim de tarde no Teatro Thalia (Estrada das Laranjeiras, 205). Contaremos com presença de Gaspar Vaz que falará sobre o tema **Os Cursos Profissionais de Música: entre o ideal e o possível**, seguido do momento musical a cargo do **Agrupamento de Escolas de Cister - Alcobaça**.

2014/06/16

Peça do mês de junho



Dentes de mamute

Exemplar de dentes de mamute utilizado para ilustrar as aulas de Ciências Naturais. Está inventariado com o número ME/342555/84 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária Pedro de Santarém.

O mamute é um animal que se encontra extinto há cerca de 12000 anos, muito semelhante ao atual elefante, apresentando tromba e presas de marfim que podiam atingir cinco metros de comprimento e corpo coberto de pelo. Existiam cerca de 14 espécies de mamutes, cuja classificação científica era a seguinte: Reino – Animalia; Filo – Chordata; Classe – Mammalia; Ordem – Proboscidea; Família – Elephantidae; Género- Mammuthus.

Distribuíam-se pela Europa, norte da Ásia, América do norte e América do Sul e o seu desaparecimento deve-se provavelmente às alterações climáticas do final da Idade do Gelo.

Este fóssil de dentes de mamute é bastante interessante, uma vez que para além das presas, estes animais tinham uma dentição forte e resistente, adaptada ao seu tipo de alimentação exclusivamente baseado em vegetação. As mais recentes investigações sugerem que seria provável que os mamutes mudassem de dentição ao longo da sua vida.

2014/06/25

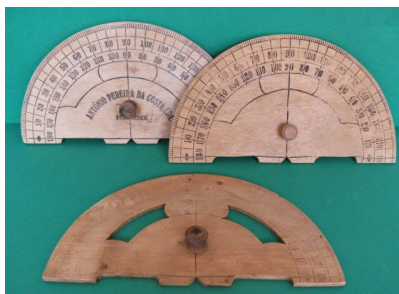
Ler antes de ler - contributos da biblioteca para a promoção da leitura na primeira infância



No próximo dia 26 de junho irá realizar-se o 32º webinar BAD subordinado ao tema "Ler antes de ler - contributos da biblioteca para a promoção da leitura na primeira infância" que pretende identificar, entre outros, boas práticas de promoção precoce da leitura.

2014/07/02

Exposição virtual "Instrumentos de medida no Museu Virtual da Educação"



ME/400956/335

Visite a exposição virtual sobre o tema "Instrumentos de medida no Museu Virtual da Educação."

“Um instrumento de medida possui um sistema capaz de fornecer dados relativamente a quantidades ou grandezas físicas ou registar informações. Dependendo do tamanho do objeto a ser medido, são necessários aparelhos ou métodos diferentes: comprimento, temperatura, volume ou peso. O ato de medir implica que o instrumento converta determinada grandeza física num sinal, mecânico ou elétrico, e que seja possível que o utilizador interprete esses sinais, quer através de um ponteiro e de um visor, quer através de uma indicação numérica. No Museu virtual da educação encontram-se diferentes tipos de objetos que permitem medir grandezas muito diferentes. O mais comum é a régua (utilizada para traçar segmentos de reta e medir distâncias) e o transferidor (medição de ângulos com precisão). Também a balança faz parte deste conjunto de instrumentos de medida mais comuns no dia-a-dia, medindo a massa de um determinado corpo. Os relógios, cronómetros ou ampulhetas registam de forma mais simples ou mais precisa a passagem do tempo. As alterações relacionadas com o clima também podem ser medidas: através do altímetro (alterações da pressão atmosférica, quando se verificam variações de altitude), do barómetro (pressão atmosférica), anemómetro (força do vento) ou pluviómetro (quantidade

de chuva). Outros instrumentos relacionam-se com a medição da corrente elétrica: voltímetro, amperímetro, ohmímetro, wattímetro. O Museu Virtual da Educação possui, assim, vários tipos de instrumentos utilizados em contexto das práticas pedagógicas que permitem medir diferentes aspectos da nossa realidade.”



ME/ESMC/173



ME/ESDMF/352



ME/400634/103

2014/07/09

Cavendish no Museu Virtual da Educação

ME/8055548/227



Henry Cavendish (1731 - 1810) foi um importante físico e químico britânico, responsável por descobertas fundamentais nestas áreas do saber.

Cavendish no Museu Virtual da Educação

Henry Cavendish (1731 — 1810) foi um físico e químico britânico, nascido em Nice, França. A sua mãe, Lady Anne Grey, era filha do Duque de Kent e o seu pai, Lord Charles Cavendish era filho do Segundo Duque de Devonshire.



Em 1742 ingressou na *Dr. Newcome's School*, situada perto de Londres. Em 1749, prosseguiu os seus estudos, embora não os tenha concluído, na *Universidade de Cambridge* em *St Peter's College*. Cavendish frequentava a *Royal Society* e era bastante respeitado pelos seus membros.



ME/8055548/227

Uma das experiências mais importantes realizadas por Cavendish, entre 1797 e 1798, teve por objetivo medir a densidade da Terra. O cientista aproveitou a ideia da balança de torção, e criou um dispositivo com uma haste e uma esfera de chumbo em cada uma das pontas, determinando a constante da gravitação universal.

Ao estudar os fenómenos elétricos, Cavendish criou um aparelho de demonstração que se designa atualmente por hemisférios de Cavendish. É constituído por uma esfera metálica com suporte isolante e dois hemisférios, ocios, que se adaptam às dimensões da esfera. Após eletrizar a esfera concluiu nos condutores a eletricidade distribui-se pela superfície externa.



ME/401614/30

Cavendish isolou, produziu e estudou o hidrogénio (H_2). Outros cientistas, como é o caso de Robert Boyle, já o tinham feito, mas só Cavendish reconheceu que o hidrogénio era um elemento químico. Observou igualmente, à semelhança de Watt e Lavoisier, que quando misturado com oxigénio, o hidrogénio reagia transformando-se em água.

Cem anos antes de William Ramsay e Lord Rayleigh, Cavendish também determinou a composição da atmosfera terrestre: 79.167% de nitrogénio e argónio e 20.8333% de oxigénio.

Cavendish morreu em 1810, aos 78 anos, mas muitas das suas descobertas só foram conhecidas após a sua morte. Cavendish era um indivíduo muito reservado, evitando publicar a maior parte dos seus trabalhos. Em 1879, James Clerk Maxwell tomou conhecimento dos documentos de Cavendish e encontrou muitas descobertas e antecipações. Entre estas podemos referir o conceito de

“potencial elétrico” e de “constante dielétrica”; a relação entre potencial elétrico e corrente, atualmente designada por Lei de Ohm; leis para a divisão da corrente em circuitos paralelos, atribuída a Wheatstone; e a Lei de Coulomb.

Bibliografia:

Museu Virtual da Educação (2013) [em linha].

<http://edumuseu.sg.min-edu.pt/>

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

Museu da Física da Escola Secundária Alexandre Herculano (2013) [em linha].

<http://mfisica.nonio.uminho.pt/>

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

Professor Bruce Mattson - Creighton University (2013) [em linha]

http://mattson.creighton.edu/History_Gas_Chemistry/Cavendish.html

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

Michigan Technological University. Department of Chemistry (2013) [em linha].

<http://www.chemistry.mtu.edu/~pcharles/SCIHISTORY/HenryCavendish.html>

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

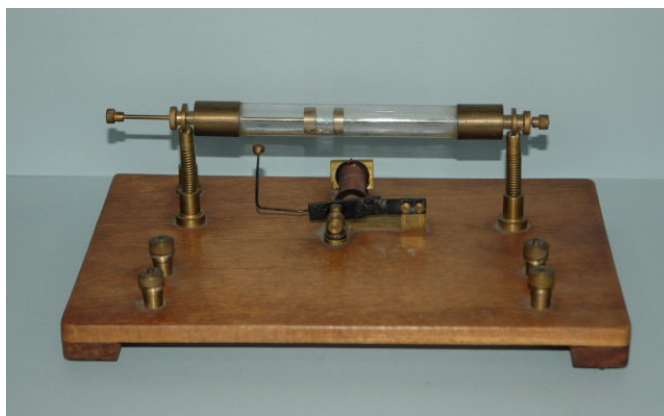
Baú da Física e Química. Instrumentos antigos de Física e Química de escolas secundárias em Portugal (2013) [em linha]

<http://baudafisica.web.ua.pt/Default.aspx>

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

2014/07/16

Peça do mês de julho



Detetor de Branly

Detetor ou coesor de Branly, isolado sobre uma base de madeira, composto por um dispositivo tubular de vidro, em cujo interior se encontra limalha de ferro. Através de um conjunto de vários elétrodos encontra-se ligado a uma antena e à terra. A ocorrência de uma descarga elétrica oscilatória através de limalha provoca a passagem de corrente no circuito. A bateria fornece mais corrente e o interruptor eletromagnético é acionado, emitindo um som audível. O martelo do mecanismo de campainha bate no coesor de Branly, fazendo com que a limalha se disperse e haja interrupção da corrente. É o primeiro detetor de oscilações eletromagnéticas, de sensibilidade suficiente para possibilitar a construção dos primeiros recetores de rádio de aplicação prática. Está inventariado com o número ME/400427/106 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Santa Maria Maior.

Édouard Branly (1844 – 1940) foi um físico e médico francês, considerado um dos precursores da invenção da rádio graças ao seu invento, o chamado detetor de Branly. Graças aos seus trabalhos na área da radio condução, Marconi efetua em 1899 as ligações radiotelegráficas que conduziram à telegrafia sem fios.

Branly foi um aluno brilhante, tendo iniciado os seus estudos em 1852 no Collège de Saint-Quentin. Em 1869 foi nomeado chefe de trabalhos do laboratório de ensino de física na Faculdade de Ciências de Paris e da Escola Prática de Altos Estudos, dirigida por Paul Desains. Em 1876, Branly deixa a Universidade, tornando-se professor no Instituto Católico de Paris. No que respeita às suas investigações, os resultados mais importantes foram a descoberta do princípio da radio-condução (1890) e a invenção da telemecânica (1905).

2014/07/22

Seomara da Costa Primo - Vida e obra literária



Seomara da Costa Primo (1895 - 1986) distinguiu-se em diversas áreas, quer como professora e investigadora, quer como desenhadora e ilustradora.

“Seomara da Costa Primo (1895 - 1986) distinguiu-se em diversas áreas, quer como professora do Ensino Liceal e Universitário, quer como investigadora, bem como como desenhadora e ilustradora. Frequentou como aluna o liceu Passos Manuel, e de seguida a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa onde concluiu o Curso de Ciências Histórico-Naturais em 1919. Em 1942 defendeu a Tese de Doutoramento, tendo sido a primeira mulher a doutorar-se em Ciências, o que lhe valeu a divulgação do ocorrido na Imprensa quotidiana bem como o acesso à cátedra de Botânica na Faculdade de Ciências de Lisboa em 1943. Foi como professora do Ensino Liceal - cargo que viria a acumular com a docência Universitária entre 1921 e 1942 - que desenvolveu intensa atividade tanto no campo científico e pedagógico como no associativo. Foi autora de diversos manuais para o Ensino Liceal, de Botânica, de Biologia e de Zoologia - profusamente ilustrados com aguarelas e carvões executados por si- que acompanharam gerações de alunos do Ensino Liceal, entre os anos trinta e setenta. O seu gosto pelo desenho e pela pintura permite encontrar no seu

espólio um número muito significativo de aguarelas, representando plantas e animais.”



ME/402760/27



ME/402760/03



ME/402760/83

2014/07/30

Seomara da Costa Primo: o espólio museológico



ME/402760/81

O espólio museológico da autora encontra-se, na sua maior parte, na Escola com o seu nome e integra pinturas, desenhos, manuais escolares, publicações, apontamentos, entre outros.

2014/08/06

Catálogo de Publicações do CILIP - Chartered Institute of Library and Information Professionals



Encontra-se disponível *online* o catálogo de publicações da CILIP que tem como público alvo os profissionais de informação, com destaque para a área das bibliotecas digitais e património, dando especial relevância aos metadados.

2014/08/13

Peça do mês de agosto



Diagrama floral

O diagrama floral é uma representação esquemática de uma flor, representada num plano horizontal. Estes modelos eram utilizados em botânica para estudo morfológico e descrição sumária, bem como na interpretação ecológica dos caracteres observados que, com graus de aprofundamento diferentes, se fazia nas disciplinas de Ciências Naturais. São modelos em metal com suporte quadrangular em madeira. Estão inventariados com os números ME/400439/39, ME/400439/40, ME/400439/41 e ME/400439/42 e pertencem ao espólio museológico da Escola Secundária Sebastião e Silva.

O modelo inventariado com o número ME/400439/39 representa o diagrama floral da Flor Tipo 3, ovário ínfero, ou seja, o ovário está incluso numa úrnula ou



ME/400439/41

então envolvido e aderente ao cálice ou ao perigónio. É o caso da flor da macieira.

O modelo com o número ME/400439/40 representa uma Flor Tipo 4, ovário súpero. Este tipo de ovário está posicionado acima da inserção de outras peças florais. Quando se encontra inserido na úrnula, não se encontra aderente a esta.

A Flor Tipo 5, inventariada com o número ME/400439/41 representa um tipo de flor em que se podem observar 5 sépalas e 5 pétalas. Um dos exemplos mais comuns é a flor do hibisco, onde podemos encontrar cinco sépalas, cinco pétalas e um número múltiplo de cinco estames.

O modelo com o número ME/400439/42 apresenta o diagrama da Flor Tipo Papilionácea, ovário súpero. Neste caso temos uma corola com cinco pétalas, uma externa, maior e geralmente superior e duas internas, geralmente mais pequenas e unidas. É o caso da flor da ervilheira.



ME/400439/40



ME/400439/42

2014/08/20

Disponibilização de livros eletrónicos nas bibliotecas - Novo documento orientador da DGLAB



A DGLAB (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas) disponibilizou *on-line* um documento orientador para bibliotecários no que respeita à leitura digital. Este documento inclui soluções e critérios relacionados com a leitura digital.

2014/08/22

Antônio Aurélio da Costa Ferreira - pioneiro e atual



Saiba mais sobre a vida e obra de Antônio Aurélio da Costa Ferreira.

**Antônio Aurélio da Costa Ferreira
— pioneiro e atual —**



(Fonte: BIMPCPL, (jun./set. 1922))

“A questão dos atrasados mentais, dos *anormais* profundos, deu à colaboração médico-pedagógica um valor incontestável. Costa Ferreira é, sem dúvida, a presença mais visível no campo da Médico-Pedagogia, aspecto que acaba por explicar e justificar o momento da criação da Colónia Agrícola e do Instituto Médico-Pedagógico. Trata-se de laboratórios onde se experimentam os métodos recentemente importados do estrangeiro” (Ribeiro, 2010:220).

Há um profundo reconhecimento, até à atualidade, do papel pioneiro e psicopedagógico de António Aurélio da Costa Ferreira. Em *Viver a diferença*, (Ribeiro, 2010:220), entre outros estudos, é ressaltada a visibilidade científica e humana do Psicopedagogo. Apesar de morrer com 43 anos de idade, António Aurélio da Costa Ferreira deixou-nos uma vastíssima obra em vários domínios do conhecimento, desde a literatura até à pedagogia.

“A morte do Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, foi primeiramente sentida no nosso meio clínico e pedagógico, mas julgamos que no Instituto Medico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, ela o foi de uma forma direta. [...] a sua notável competência de homem de sciencia, o seu génio clínico e as suas excepcionais qualidades de professor (para nós fundamentais no espirito do Dr. Costa Ferreira) dando á sua sciencia predilecta, a anthropologia, a sua aplicação á clinica e á pedagogia” (BIMPCPL, 1922:1).

O Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa homenageia o seu fundador e diretor, numa edição de 1922 (A. 2, Nº 5/6, jun./set.), por motivo da sua morte, com as seguintes palavras: *notável competência de homem de ciência, o seu génio clínico e as suas excepcionais qualidades de professor*. Efetivamente, como educador, desempenhou um papel importante na Direção da Casa Pia de Lisboa, na formação de professores, na reabilitação e integração de crianças com necessidades educativas especiais, na promoção da laicização do ensino e na divulgação do movimento da “Escola Nova” em Portugal.

António Aurélio da Costa Ferreira, provedor na 1ª República, foi pioneiro da psicologia do desenvolvimento e da psicologia escolar, defendendo a prévia detecção das aptidões de cada aluno, numa

antecipação daquilo que viria a ser a orientação vocacional e profissional” (Xavier, 2007).

Na revista do *Diário de Notícias da Madeira*, do dia 18 de janeiro de 2004, e reposto no *wordpress* Passos da Calçada em 2007, o madeirense Veríssimo (2004) faz um retrato biográfico de Autrónio Aurélio da Costa Ferreira: há 135 anos nasceu, na freguesia de Santa Luzia do concelho do Funchal, António Aurélio da Costa Ferreira, médico, antropólogo, professor e pedagogo de renome, com lugar de relevo na História da Educação em Portugal. Concluiu a instrução primária em Viana do Castelo. Contudo, fez o curso liceal na cidade onde nasceu. Durante este período da sua vida, recebeu forte influência, quanto ao gosto pela leitura e escrita, do seu tio materno, João Joaquim de Freitas, distinto professor de Literatura e Língua Portuguesa no nosso Liceu e bibliotecário da Biblioteca Municipal do Funchal.

Em 1894, António Aurélio matriculou-se na Universidade de Coimbra para cursar Filosofia, tendo-se licenciado em 1899. No ano seguinte, inscreveu-se em Medicina, curso que terminou em 1905. Recebeu vários prémios nas duas faculdades. Como médico, estagiou em Paris, Bruxelas e Lisboa.

Vereador republicano na Câmara Municipal de Lisboa, de 1908 a 1911, defendeu várias medidas no âmbito da Educação, Cultura, Desporto Escolar e assistência médica e social às crianças desfavorecidas do concelho. No âmbito da atividade política, é de salientar a sua eleição como deputado em Agosto de 1910, por Setúbal, e em 1911, pelo círculo do Funchal. Exerceu também funções de Ministro do Fomento, de Junho de 1912 a Janeiro de 1913. No entanto, esta passagem pelo governo corresponde à sua desilusão com a política ativa.

Nomeado para Diretor da Casa Pia de Lisboa em Março de 1911, Costa Ferreira norteou a sua atuação dentro dos propósitos da “Escola Nova”, concedendo plena liberdade às crianças e encaminhando-as para as artes e ofícios conforme as aptidões demonstradas. Incentivou igualmente as aulas de trabalhos manuais, música e desporto.

No âmbito da formação de professores, lecionou Pedologia, Higiene Geral e Higiene Escolar na Escola Normal de Lisboa, a partir de 1915. Costa Ferreira entendia que o tempo do mestre-escola estava ultrapassado. Já não bastava ensinar a ler, escrever e contar. O futuro professor deveria, por isso, possuir conhecimentos sobre Pedologia, Higiene Escolar, Trabalhos Manuais e Ginástica. A individualização do ensino e a importância do desenvolvimento dos sentidos mereceram também a sua atenção.

Por outro lado, há que referir a sua dedicação às crianças com necessidades educativas especiais, principalmente na Casa Pia de Lisboa. Desenvolveu, assim, vários esforços conducentes à reabilitação, ensino e integração social dos, então, designados por “anormais pedagógicos”, gagos e surdos-mudos. Para os “anormais pedagógicos”, criou, em 1912, a Colónia de S. Bernardino, em Atouguia da Baleia, próximo de Peniche. No ano seguinte, dedicou-se ao curso de formação de professores para surdos-mudos.

Em 1915, funda o Instituto Médico-Pedagógico, na freguesia de Santa Isabel. Este Instituto enquadra-se no projeto de desenvolvimento de uma pedagogia científica em Portugal, no âmbito do movimento da “Educação Nova”, pela qual também pugnavam António Sérgio, Adolfo Lima, Álvaro Viana de Lemos, Joaquim Tomás e Faria de Vasconcelos, entre outros.

Em sua homenagem, a partir de 1929, o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa recebeu a denominação de Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, seu fundador. Igualmente, o seu nome está associado ao Instituto de Inovação Educacional.



Fonte: Casa Pia de Lisboa, 2014

No relatório *Surdocegueira: um modelo de Intervenção*, resultante de um ciclo de semanários realizados em Lisboa, novembro de 2013, com participantes da Casa Pia e da Universidade Lusíada de Lisboa (Antunes, 2013:9-10), são descritas competências e valências atuais do *Centro de Educação e Desenvolvimento António Aurélio da Costa Ferreira*:

“[...] que o CED António Aurélio da Costa Ferreira se constitua como um possível parceiro de intervenção numa dinâmica de saberes e competências que permitam o desenvolvimento global e facilitação da integração das pessoas surdocegas nos seus contextos de vida [...]. Em Portugal, nos anos 60, a oferta de educação para crianças e jovens com deficiência era ainda muito insuficiente. Somente se mantinham nas escolas regulares as designadas classes especiais, o Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (AACF), e algumas estruturas da Segurança Social. O Instituto AACF, desenvolveu um importante papel na educação especial das crianças que não se encontravam dentro dos padrões da normalidade, durante a Ditadura Nacional implementada a partir do golpe militar no ano 1926 e, também, na formação de professores especializados” (Antunes, 2013:9-10).

Atendendo à formação disponibilizada no site da Casa Pia (Casa Pia de Lisboa, 2014), verifica-se que a missão do então Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, agora Centro de Educação e Desenvolvimento António Aurélio da Costa Ferreira, não morre, ao invés, amplia a sua função para fazer face à dificuldade dos novos tempos, assim, as suas linhas de ação estendem-se a:

- Resposta educativa e formativa ao nível de educação e reabilitação;
- Respostas sociais – Centro de Atividades Ocupacionais (CAO);
- Respostas Sociais de Lar Residencial;
- Respostas formativas – Formação e Qualificação de adultos/as com deficiência e incapacidade;
- Unidade de formação de curta duração.

Usando as palavras textuais da missão do atual Centro de Educação e Desenvolvimento António Aurélio da Costa Ferreira (Casa Pia de Lisboa, 2014), verificamos que este é um equipamento da Casa Pia de Lisboa que se destina à Educação e Reabilitação de crianças, jovens e adultos surdo-cegos, na sua resposta localizada na Freguesia de Alvalade, e, também, à Formação e Qualificação de Adultos com Deficiência na sua resposta localizada na Freguesia de Belém.

“O CED AACF é um Centro dinâmico, ativo e proativo, com vários projetos globais em andamento “ (Candeias e Martinho, 2012:3).

Como verificamos, (Cf. Candeias e Martinho, 2012:3), a intervenção do Centro de Educação e Desenvolvimento AACF não se restringe à população local, constituindo-se como uma resposta única ao nível nacional, definindo como destinatários as pessoas com deficiência sensorial, designadamente surdo-cegas.

O CED António Aurélio da Costa Ferreira tem como objetivo desenvolver programas de reabilitação, formação e integração de crianças e jovens com deficiência, designadamente as crianças e jovens surdo-cegos, com vista à sua reabilitação e inclusão educativa, ocupacional, profissional e social.

Para o cumprimento do seu objetivo, dotou-se da mais avançada técnica no domínio da reabilitação de indivíduos surdo-cegos, indispensáveis em alguns casos para a melhoria da qualidade de vida em aspetos básicos como o acesso à informação, mobilidade, controle do ambiente e, acima de tudo, comunicação.

Em julho de 2012 surge o *Jornal do Aurélio* (Ano 1, Nº 1, julho 2012), este dedica o seu conteúdo a reflexões sobre deficiências várias à descrição de vivências do CED António Aurélio da Costa Ferreira da Casa Pia de Lisboa e a curiosas reportagens. É com agrado que apresentamos a *página de entrada* de *Jornal do Aurélio* e toda a equipa envolvida:



JORNAL DO AURÉLIO

Jornal do CED António Aurélio da Costa Ferreira da Casa Pia de Lisboa
Rua Alberto Oliveira
1700 - 020 Lisboa
Tel.: 21 793 59 63
Fax: 21 793 48 40
E-mail: sec.aurecliocferreira@casapia.pt
www.casapia.pt

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO: Madalena Antunes

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL: Fátima Martinho

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Professores: Ângelo Caetano, António Martins, Cláudia Pereira, Isabel Cerdeira, Isabel Valdeira, Rita Ribeiro.

Educadoras de Infância: Paula Liques, Rita Mora.

Técnicos: Alexandra Silveira, Daniela Custódio, Dina Candeia, Fátima Martinho, Manuel

Morgado, Patrícia Santos.

Intérprete de LGP: Sofia Figueiredo

Assistentes Técnicos: Francisco Gonçalves, Vítor Santos.

PAGINAÇÃO E GRAFISMO: Fátima Martinho

REVISÃO: Cláudia Pereira

FOTOGRAFIA Cláudio Ferreira, Daniela Custódio, Fátima Martinho, Rita Mora, Rita Ribeiro,
Gabinete de Comunicação da C.P.L.

BIBLIOGRAFIA:

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O DR. AURÉLIO DA COSTA FERREIRA. (1922). *Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa*; A. 2, N. 5/6 (Jun.-Set. 1922), p. 1-3.

ANTUNES, Madalena; et al. (2013). *Surdocegueira: um modelo de intervenção: relatório provisório* [on-line]. Lisboa. Casa Pia de Lisboa.
<<http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Newsletters/Estudos/estudo%20provisorio%20surdo%20cegueira.pdf>> [Consul. 7 março 2014].

CANDEIAS, Dina; MARTINHO, Fátima (2012). “Notícias: um CED em movimento” [on-line]: *Jornal do Aurélio: Jornal do CED António Aurélio da Costa Ferreira da Casa Pia de Lisboa*; A. 1, N. 1 (Jun. 2012), p. 3
<<http://www.casapia.pt/LinkClick.aspx?fileticket=g4rekRi8JOI%3D&tabid=298&language=pt-PT>> [Consul. 7 março 2014].

CASA PIA DE LISBOA (2014). *CED António Aurélio da Costa Ferreira* [on-line]. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, Ensino e formação, Centros de Educação e Desenvolvimento.
<<http://www.casapia.pt/Default.aspx?tabid=298&language=pt-PT>> [Consul. 7 março 2014].

COORDENAÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE MENTAL; ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE (2006). *Rede de referência hospitalar de psiquiatria da infância e da adolescência (documento técnico de suporte)* [on-line]. 2006.
<http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/DOCUMENTO%20T%C3%89CNICO%20DE%20SUPORTE_RRH_PSIQ%20IA_VERS%C3%83O_%2023%20NOV.pdf> [Consul. 7 março 2014].

2014/09/17

Peça do mês de setembro



Divisão celular

Conjunto de sete modelos de divisão celular para exemplificação nas aulas de Ciências Naturais. São constituídos por uma base redonda de madeira, do centro da qual se eleva uma haste, no topo do qual se inserem os corpos de gesso moldado. Representam a segmentação e gastrulação de um cordado, provavelmente de um anfioxo através de pequenos modelos de um ovo, de blástulas em diferentes etapas do desenvolvimento e de uma gástrula, de cor castanha amarelada. Está inventariado com o número ME/401109/129 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Camões.

O uso de modelos para o ensino da divisão celular permite facilitar a apreensão de conceitos abstratos para os alunos, para que estes, através da visualização, possam compreender o processo, expondo as suas dúvidas de forma concreta. Para além disso, os modelos permitem melhorar a qualidade da comunicação no processo de ensino-aprendizagem.

A divisão celular nos seres vivos é o processo através do qual uma célula se divide em duas (mitose) e em quatro (meiose), contendo em si toda a informação genética de uma espécie.

Através da mitose a “célula-mãe” distribui igualmente os cromossomas e os constituintes citoplasmáticos por duas “células-filha”. Este processo inclui várias fases: prófase, metáfase, anáfase e telófase. A meiose ocorre quando a “célula-mãe” dá origem a quatro “células-filha” incluindo as fases já referidas.

2014/09/24

Jornadas Europeias do Património - 2014



As Jornadas Europeias do Património 2014 irão decorrer nos próximos dias 26, 27 e 28 de setembro. Subordinadas ao tema "Património, sempre uma descoberta" incluem cerca de 500 atividades distribuídas por todo o país.

2014/10/01

Encontro Internacional de Arquivos - 2014



O Encontro Internacional de Arquivos irá decorrer nos próximos dias 3 e 4 de Outubro na Universidade de Évora, tendo como objetivo constituir-se como um fórum de partilha de conhecimentos ao nível das competências dos profissionais de informação.

2014/10/08

Tardes no Thalia



No dia 23 de outubro, a partir das 18 horas, venha passar o seu fim de tarde no Teatro Thalia (Estrada das Laranjeiras, 205). O tema para esta tarde será **Do Teatro na Paisagem ao Teatro de Jardim**, por Ana Duarte Rodrigues, seguido do momento musical a cargo do **Coro Edu(can)tare**.

2014/10/15

Peça do mês de outubro



Efusiómetro de Bunsen

Instrumento utilizado nas aulas de Física. Trata-se de um tubo de vidro ligado por um tubo de borracha a uma ampola esférica instalada num suporte de ferro. O tubo de vidro tem torneira superior e, dentro dele, um flutuador em forma de ampulheta. Pertencem-lhe 3 tubos de vidro com orifício fino para efusão dos gases, que se encontram numa caixa de plástico. Todo o dispositivo assenta numa base metálica. Está inventariado com o número ME/401778/134 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Fonseca Benevides.

Robert Wilhelm Bunsen (1811 – 1899) foi um cientista alemão. Nasceu numa família de académicos e estudou química na Universidade de Gottingen. Professor em diversas universidades, desenvolveu várias investigações

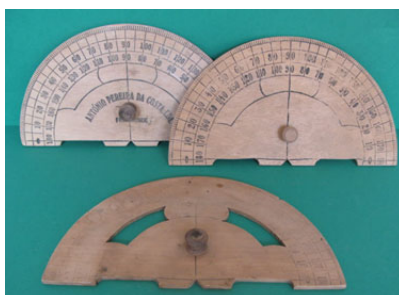
experimentais, sobretudo na área da análise de elementos químicos. Vários foram os aparelhos inventados por Bunsen, nomeadamente o chamado “bico de Bunsen” que se destinava ao aquecimento de substâncias por combustão de gás, desenvolvido a partir de um dispositivo de Michael Faraday: estava aberto o caminho da espectroscopia química. Foi então possível observar as linhas de emissão espectral do rubídio e do célio, elementos descobertos pelo cientista em parceria com Gustav Kirchhoff.

Este investigador deu o seu nome a outros instrumentos, tal como o referenciado Efusiómetro de Bunsen, um aparelho que permite determinar a densidade de um gás através da medição da sua velocidade de escoamento através de um orifício. O fotómetro de Bunsen também foi inventado por ele e permitia comparar intensidades luminosas.

Bunsen foi mentor de várias figuras de destaque na área das ciências, como é o caso de Dmitri Mendeleev, Adolf von Baeyer, Fritz Haber e Philipp Lenard.

2014/10/22

Instrumentos de medida no Museu Virtual da Educação - I



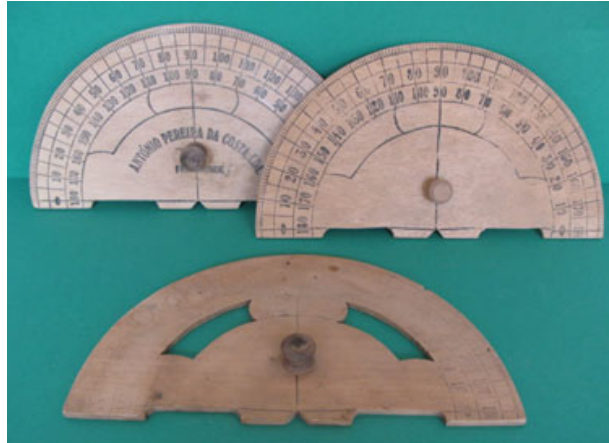
ME/400956/335

Utilizados em contexto de sala de aula ou noutro tipo de trabalhos profissionais, os instrumentos de medida constituem um importante espólio do Museu Virtual da Educação.



Um instrumento de medida é um dispositivo que possui um sistema capaz de fornecer dados relativamente a quantidades e grandezas físicas ou registar informações. Dependendo do tamanho do objeto a ser medido, são necessários aparelhos ou métodos diferentes: comprimento, temperatura, volume ou peso.

O ato de medir implica que o instrumento converta determinada grandeza física num sinal, mecânico ou elétrico, e que seja possível que o utilizador interprete esse sinal, quer através de um ponteiro ou de um visor, quer através de uma indicação numérica.



No Museu Virtual da Educação encontram-se diferentes tipos de objetos que permitem medir grandezas distintas. Nesta pequena abordagem, divulgaremos alguns instrumentos que medem distâncias e ângulos. Os mais comuns são a régua, o transferidor e a craveira.

A régua, é um instrumento utilizado em geometria, próprio para traçar segmentos de reta e medir distâncias pequenas. É composta por uma lâmina de madeira, plástico ou metal, contendo uma escala, geralmente centimétrica e milimétrica.



O transferidor é composto por uma escala circular, ou de seções de círculo, dividida e marcada em ângulos espaçados regularmente. A sua utilização é diversificada em diversas atividades que requeiram o uso e a medição de ângulos com precisão.



Astrolábio

ME/400749/100

A craveira consiste numa régua graduada e dentada, sobre a qual desliza um cursor (ou haste dentada) com uma abertura, no bordo da qual está um nónio. A escala varia e deslizando o cursor ou haste dentada pode medir-se com precisão espessuras, diâmetros internos e externos e alturas interiores.

Por outro lado, existem instrumentos que medem distâncias mais longas e calculam ângulos, permitindo uma orientação precisa. É o caso do astrolábio e do sextante. O astrolábio, antigo instrumento naval, era utilizado para medir a altura dos astros acima do horizonte. Também permitia a resolução de problemas geométricos, como calcular a altura de um edifício ou a profundidade de um poço. Era usado para determinar a posição dos astros no céu e foi por muito tempo utilizado como instrumento para a navegação marítima com base na determinação da posição das estrelas.



Mais tarde foi simplificado e substituído pelo sextante que media a distância angular na vertical entre um astro e a linha do horizonte para fins de cálculo da posição e para corrigir os eventuais erros da navegação estimada.



Também se pode referir o teodolito, instrumento de precisão ótico que mensura ângulos verticais e horizontais, aplicado em diversos setores como na navegação, na construção civil, na agricultura e na meteorologia.

Bibliografia:

Museu Virtual da Educação (2014) [em linha].

<http://edumuseu.sg.min-edu.pt/>

[Consulta: 26 de junho de 2014]

Museu da Física da Escola Secundária Alexandre Herculano (2014) [em linha].

<http://mfisica.nonio.uminho.pt/>

[Consulta: 26 de junho de 2014]

Baú da Física e Química. Instrumentos antigos de Física e Química de escolas secundárias em Portugal (2014) [em linha]

<http://baudafisica.web.ua.pt/Default.aspx>

[Consulta: 26 de junho de 2014]

2014/10/29

Instrumentos de Medida no Museu Virtual da Educação- II



ME/401857/94

Os instrumentos de medida de tempo e peso constituem um importante espólio do Museu Virtual da Educação.

O tempo é uma grandeza física que se pode medir. Implica a existência de um mecanismo físico que repita de maneira uniforme e simétrica um determinado evento. Isto quer dizer que para medir o tempo é necessário possuir um aparelho que produza eventos repetitivos regularmente.

Relógio

A medição exata do tempo é relativamente recente, embora o homem se tenha baseado em fatos regulares – fenômenos naturais – para estabelecer padrões de mensurabilidade temporal. As unidades de tempo que usamos são o dia, dividido em horas, estas em minutos, e estes em segundos.

O relógio é o aparelho mais comum para a medição e indicação das horas, tendo surgido devido à necessidade de medir intervalos de tempo mais curtos do que os intervalos naturais, como o dia, a noite, os meses ou os anos. A sua evolução fez-se lentamente e existem vários tipos de relógios: relógio de sol, relógio de água, relógio de areia, relógio de bolso, relógio de pulso, entre outros.

Ampulheta



ME/ESDMF/352

A ampulheta, ou relógio de areia, é um dos objetos mais antigos utilizados na mediação do tempo. É constituída por duas âmbulas transparentes que comunicam entre si por um pequeno orifício que deixa passar uma quantidade determinada de areia de uma para a outra. O tempo que decorre entre a passagem da areia de um recipiente para o outro é sempre igual.

Cronómetro



ME/152481/80

Também o cronómetro é utilizado para medir frações de tempo, geralmente bastante curtas, e com grande precisão. Os seus dois ponteiros permitem medir simultaneamente segundos e centésimas de segundo.

Metrónomo



ME/400177/1

A par destes instrumentos, pode referir o metrónomo, um aparelho que serve para medir o tempo musical. Inventado em 1812 por Dietrich Nikolaus Winkel, um relojoeiro de Amesterdão, a patente acabaria por ser concedida em 1816 a Johann Mälzel depois deste ter copiado algumas das ideias do seu precursor. O metrónomo consiste num pêndulo oscilante capaz de produzir, através da força exercida por um peso na sua haste, pulsações regulares de duração mais longa ou mais curta. A cada oscilação corresponde um tempo do compasso musical. O metrónomo é utilizado quer para manter um tempo regular ao longo de toda a composição musical (ou numa das suas partes), quer para indicar o tempo em torno do qual são efetuadas as variações.

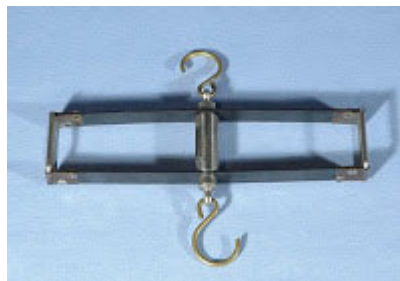


ME/152171/199

O peso é outra grandeza de força física e a unidade comumente utilizada para representá-lo é o Kg. O instrumento que mais comumente se utiliza para a realização deste tipo de medições é a balança. A balança mede a massa de um corpo, existindo vários tipos, consoante a precisão de resultados que pretendemos.

Dinamómetro

O dinamómetro permite igualmente fazer medições de peso, podendo o valor da força ser medido através do deslocamento de um parafuso, fixo ao cilindro de menor diâmetro, que desliza numa ranhura, existente no cilindro de maior diâmetro, onde se encontra gravada uma escala.



ME/400270/46

Bibliografia:

Museu Virtual da Educação (2014) [em linha].
<http://edumuseu.sg.min-edu.pt/>
[Consulta: 26 de junho de 2014]

Museu da Física da Escola Secundária Alexandre Herculano (2014) [em linha].
<http://mfisica.nonio.uminho.pt/>
[Consulta: 26 de junho de 2014]

Baú da Física e Química. Instrumentos antigos de Física e Química de escolas secundárias em Portugal (2014) [em linha]
<http://baudafisica.web.ua.pt/Default.aspx>
[Consulta: 26 de junho de 2014]

2014/11/12

Peça do mês de novembro



Equilibrista

O equilibrista é um instrumento científico que consta de um boneco, neste caso vestido como um equilibrista de circo, equilibrando-se nas suas mãos sobre um suporte. Ao nível da cintura encontra-se uma vara dobrada em U invertido, nas extremidades da qual existem duas pesadas esferas metálicas, cuja função é fazer baixar o centro de gravidade do conjunto, abaixo do ponto de apoio. Trata-se de um conjunto clássico que, desde finais do séc. XVII, era comum encontrar-se em Gabinetes de Física. Está inventariado com o número ME/402436/1468 e pertence ao espólio museológico da Escola Secundária de Passos Manuel.

É um dispositivo com grande valor artístico e histórico, sendo muitas vezes utilizado com uma função decorativa e não só didática. Apoiado sobre um pequeno disco com um espigão, no topo do qual se encontra o equilibrista, este move os braços e as pernas. Desta forma, consegue equilibrar-se nas mais diversas posições, constituindo um verdadeiro desafio às leis da gravidade.

Estes brinquedos didáticos de concepção simples permitem fazer a demonstração de verdades conhecidas, ou seja, a importância da posição do centro de gravidade de um corpo face à sua base de sustentação em equilíbrio estável.

2014/11/18

Instrumentos de Medida no Museu Virtual da Educação - III



Utilizados em contexto de sala de aula para demonstrações e experiências, os instrumentos de medida constituem um importante espólio do Museu Virtual da Educação.

Existem instrumentos empregues especificamente para a medição de grandezas elétricas, que podem ser classificados de forma esquemática de acordo com o tipo de grandeza que se pretende medir, por exemplo: o amperímetro para a medição da corrente elétrica; o voltímetro para a medição da tensão; o galvanómetro para a medição decorrentes elétricas de baixa intensidade, ou a diferença de potencial eléctrico entre dois pontos.



Amperímetro
ME/400348/151

O amperímetro é utilizado para medir a intensidade da corrente elétrica, contínua ou alternada. A unidade usada é o Ampère. Quando se intercala o amperímetro

num circuito, através dos botões, a corrente que passa nas bobines, imprime à barra e à agulha exterior um desvio variável com a intensidade da corrente que pode ser lida na escala apresentada no mostrador. Para as medições serem precisas, amperímetro deve ter uma resistência muito pequena.



O voltímetro é um aparelho que permite medir a tensão elétrica, contínua ou alternada, de um circuito, a força eletromotriz de um gerador ou a diferença de potencial, expressando esse valor em volts. Essas medições, são visíveis através de um ponteiro móvel. O voltímetro possui alta **resistência** interna, indicando a **tensão** entre seus terminais.

O galvanómetro pode medir correntes elétricas de baixa intensidade, ou a diferença de potencial elétrico entre dois pontos.



Galvanómetro
ME/152171/136

O galvanómetro mais comum é o tipo conhecido como bobina móvel: uma bobina de fio muito fino é montada em um eixo móvel, e instalada entre os pólos de um ímã fixo. Quando circula corrente elétrica pela bobina, se forma um campo magnético que interage com o campo do ímã, e a bobina gira, movendo um ponteiro, ou agulha, sobre uma escala graduada. Como o movimento do ponteiro

é proporcional à corrente elétrica que percorre a bobina, o valor da corrente é indicado na escala graduada. Através de circuitos apropriados, o galvanômetro pode ler outras grandezas elétricas, como tensão contínua, tensão alternada, resistência, potência e outras.

Outro tipo de galvanômetro é o de ferro móvel: neste, a bobina é fixa, envolvendo uma pequena peça de ferro ligada ao ponteiro, e capaz de girar conforme o campo magnético produzido pela bobina. O galvanômetro de ferro móvel é pouco usado, por ser menos sensível que o de bobina móvel, mas possui as vantagens de ser mais barato, mais robusto, e funcionar tanto com corrente contínua como com corrente alternada.



O ohmímetro é um aparelho que, por leitura direta, indica o valor da resistência elétrica ligada aos seus terminais. Emprega-se com duas finalidades: na verificação da continuidade dos circuitos ou na medição de resistências e de isolamentos. O modelo original de um ohmímetro provem de uma pequena bateria que aplica uma tensão à resistência.



O wattímetro é um instrumento utilizado para medir a potência elétrica fornecida ou dissipada por um elemento. Tal como o voltímetro e o amperímetro, o wattímetro ideal mede a tensão sem desvio de qualquer fluxo de corrente, e mede a corrente sem introduzir qualquer queda de tensão aos seus terminais.

Bibliografia:

Museu Virtual da Educação (2014) [em linha].

<http://edumuseu.sg.min-edu.pt/>

[Consulta: 26 de junho de 2014]

Museu da Física da Escola Secundária Alexandre Herculano (2014) [em linha].

<http://mfisica.nonio.uminho.pt/>

[Consulta: 26 de junho de 2014]

Baú da Física e Química. Instrumentos antigos de Física e Química de escolas secundárias em Portugal (2014) [em linha]

<http://baudafisica.web.ua.pt/Default.aspx>

[Consulta: 26 de junho de 2014]

2014/11/25

Instrumentos de Medida no Museu Virtual da Educação - IV



ME/ESMC/173

Saiba mais sobre instrumentos de medida relacionados com a meteorologia, utilizados em contexto das práticas pedagógicas.

A meteorologia tem como objeto de estudo a atmosfera terrestre, os processos atmosféricos e a previsão do tempo. Nesta área é imprescindível o registo de dados e medição das condições atmosféricas através de vários instrumentos.



Podemos, assim, referir alguns equipamentos meteorológicos mais comuns, como é o caso do termómetro, que permite medir a temperatura e as suas alterações. O mais comum é o termómetro de mercúrio, consistindo num tubo capilar (fino como cabelo) de vidro, fechado a vácuo, e um bulbo (espécie de bolha arredondada) numa das extremidades, contendo mercúrio.



O barómetro é utilizado para efetuar leituras de pressão atmosférica. O modelo aqui apresentado é constituído por uma caixa retangular em madeira, à qual está fixo o barómetro. Na parte inferior existe um reservatório cilíndrico para conter o mercúrio. Do reservatório ergue-se um tubo capilar, fechado superiormente. Está graduado de 630 a 800 mmHg.

O anemómetro tem como função efetuar a medição da velocidade do vento. Este modelo é um anemómetro de Richard, constituído por uma base em metal. Da base eleva-se um eixo vertical, que produz movimentos de rotação, no topo do qual estão inseridas quatro conchas hemisféricas. O rotor aciona um mecanismo onde é instalado um sensor elétrico. A vantagem deste sistema é a sua independência relativamente à direção do vento e, conseqüentemente, é independente de um dispositivo de alinhamento.



O higrómetro de Daniell é um instrumento que permite medir as temperaturas da saturação do ar exterior e determinar o estado higrométrico do ar. É constituído por uma caixa de madeira, onde se fixa um termómetro, e por um tubo de vidro recurvado duas vezes em ângulo reto que termina em esfera nas duas extremidades. No interior de uma delas existe um termómetro e éter, enquanto a outra esfera é coberta por gaze.



Existem outros tipos de higrómetros, mais simples, muitas vezes apelidados de higrómetros de cabelo, que medem a humidade presente na atmosfera. São utilizados principalmente em estudos do clima, mas também em locais fechados onde a presença de humidade excessiva ou abaixo do normal poderia causar danos, por exemplo em peças de museus, documentos de bibliotecas e elementos de laboratórios.

O pluviómetro é outro instrumento de grande valia no que respeita à obtenção de dados relativos à precipitação. Consiste geralmente num recipiente utilizado para recolher e medir, em milímetros lineares, a quantidade de líquidos ou sólidos precipitados durante um determinado período de tempo e num determinado local.



O termógrafo destina-se a medir e a registar a temperatura, baseado no emprego de um tubo de cobre, recurvado, de secção elíptica, quase plana. Este tubo, cujas dimensões variam com a sensibilidade do aparelho, está hermeticamente fechado e cheio de um líquido de difícil congelação. A dilatação do líquido obriga a distender-se o tubo que, tendo uma das extremidades fixa e outra ligada a um ponteiro provido de um estilete, poderá registar as variações de temperatura sobre um cilindro com movimento de relojoaria. O papel que envolve o cilindro é quadriculado, representando as linhas horizontais as horas dos diferentes dias da semana e as verticais as temperaturas. É um instrumento fundamental na recolha de dados meteorológicos.



Bibliografia:

Museu Virtual da Educação (2013) [em linha].

<http://edumuseu.sg.min-edu.pt/>

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

Museu da Física da Escola Secundária Alexandre Herculano (2013) [em linha].

<http://mfisica.nonio.uminho.pt/>

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

Professor Bruce Mattson - Creighton University (2013) [em linha]

http://mattson.creighton.edu/History_Gas_Chemistry/Cavendish.html

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

Michigan Technological University. Department of Chemistry (2013) [em linha].

<http://www.chemistry.mtu.edu/~pcharles/SCIHISTORY/HenryCavendish.html>

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

Baú da Física e Química. Instrumentos antigos de Física e Química de escolas secundárias em Portugal (2013) [em linha]

<http://baudafisica.web.ua.pt/Default.aspx>

[Consulta: 28 de Novembro de 2013]

2014/12/03

"Do manuscrito ao espetáculo: a coleção de teatro de António José de Oliveira"



Está patente ao público até 31 de dezembro, na Biblioteca Nacional, a exposição "Do manuscrito ao espetáculo: a coleção de teatro de António José de Oliveira". António José de Oliveira foi uma figura de destaque no panorama cultural português, tendo copiado mais de 200 textos teatrais entre 1780 e 1797.

2014/12/10

"Diário da Grande Guerra - Testemunhos Portugueses"



No âmbito da celebração do centenário da Primeira Grande Guerra, a Biblioteca Nacional disponibiliza uma exposição *online* com páginas de jornais diários, postais, cartazes e testemunhos.

2014/12/17

Peça do mês de dezembro



Jogo didático

Jogo didático denominado "Jogo da Pesca". Trata-se de uma caixa que contém peixes de papel numerados, com um anzol, canas de pesca de madeira e uma estrutura em cartão. O objetivo é apanhar os peixes com a cana de pesca, desenvolvendo capacidades de motricidade. Está inventariado com o número ME/IAACF/190 e pertence ao espólio museológico do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira.

A palavra jogo é de origem latina e significa brinquedo/ passatempo sujeito a regras específicas. Os jogos didáticos/ educativos, para além da óbvia função lúdica, estimulam a aprendizagem. Interagindo com os participantes, o jogo pretende a resolução de problemas, desenvolvendo o raciocínio, a lógica e as capacidades cognitivas. Mobilizando esquemas mentais, favorecem não só o desenvolvimento cognitivo, mas também o social ou mesmo as capacidades motoras.

Este brinquedo foi fabricado pela conhecida empresa portuguesa com sede no Porto, a Majora – Mário J. Oliveira e Irmão. Fundada em 1939, concebeu cerca de 300 brinquedos e jogos infantis e juvenis e produziu mais de 1 milhão de brinquedos por ano. Foi encerrada em 2013.

2014/12/23

O Laboratório de Química no Museu Virtual da Educação: o espaço



ME/402436/2435

São vários os laboratórios de química, existentes em escolas do ensino secundário, que ainda mantêm as suas características originais.

O Laboratório de Química no Museu Virtual da Educação: o espaço

Um laboratório é um espaço equipado com diversos instrumentos para a realização de experiências e pesquisas científicas, de acordo com a área da ciência a que se destina. Deve obedecer a regras básicas de segurança, como é o caso do controlo de condições ambientais.



ME/402436/2435

São vários os laboratórios de química existentes em escolas do ensino secundário que ainda mantêm as suas características originais, bem como alguns dos objetos de uso diário. Desta forma, iremos apresentar algumas imagens de antigos laboratórios e de peças ainda existentes, disponibilizadas através do Museu Virtual da Educação.

Para que se compreenda a história do ensino da química, faremos uma brevíssima contextualização histórica. Um dos marcos mais relevantes em Portugal foi a reforma na Universidade de Coimbra, levada a cabo pelo Marquês de Pombal em 1772. No entanto, anteriormente já tinham sido feitos



ME/402436/2481

vários estudos, ligados sobretudo à necessidade de defesa do território, ao nível da matemática, da astronomia ou da balística.

Após a expulsão da Companhia de Jesus, toda a estrutura da Universidade foi alterada, na tentativa de a aproximar ao desenvolvimento científico europeu. Foi criada a Faculdade de Matemática e de Filosofia Natural que incluía a química, a física e a história natural. Como tal, impunha-se a existência de um Gabinete de Física Experimental, equipado com instrumentos didáticos e um “Laboratório Chímico”.

Nesse sentido, Portugal acolheu vários professores estrangeiros, como é o caso de Domingos Vandelli (1735-1816), químico e naturalista, originário de Pádua.

Implementou o ensino da química e da botânica, sendo o responsável pelo Jardim Botânico da Universidade, e mais tarde pelo Jardim Botânico do Palácio da Ajuda, em Lisboa.

Também várias obras versando sobre esta temática começaram a ser publicadas em Portugal, após a chegada de um sobrinho do famoso químico francês Nicolas Lémér, João Vigier (1662-1723).

Em 1779 foi criada a Academia Real das ciências pela rainha D. Maria I, tendo como membros fundadores o Duque de Lafões, Domingos Vandelli, o Abade Correia da Serra e o Padre Teodoro de Almeida. Através da Academia houve um enorme intercâmbio cultural com a Europa.

O desenvolvimento do ensino desta disciplina foi sempre marcado pela situação política instável que se viveu durante vários anos, com as invasões francesas, a fuga da corte para o Brasil e os sucessivos processos de reforma. No entanto, haviam sido estabelecidos contatos com outras universidades europeias, o que facilitou a divulgação de informação recente e atualizada nos meios científicos.



ME/402436/2504

Em cerca de 1850, vários professores portugueses se deslocaram a centros universitários europeus para visitar diversos observatórios e centros de estudo, o que influenciou de forma bastante positiva o nível do ensino. Vários instrumentos científicos e didáticos foram adquiridos durante esta época.



. ME/401857/332

O final do século XIX e o início do século XX assistiu à reorganização do ensino das ciências exatas e à criação das Universidades de Lisboa e do Porto, com Faculdades de Ciências.

A introdução do ensino da química nos currículos do ensino liceal levou ao apetrechamento de várias escolas com laboratórios e material didático para a realização de experiências.



ME/401857/50

É o caso das típicas bancadas de laboratório, com tampo plano e retangular, em madeira e com ardósias para proteger uma tina (Fig. 4). No tampo, junto à aresta posterior, estão embutidos quatro bicos de gás. Na ilharga direita, encontra-se aparafusado um lavatório em porcelana, com torneira metálica. Na parte posterior da bancada, existe uma abertura para encaixar a cadeira rotativa do professor. Do lado direito da abertura existe um armário com duas portas e à sua direita, um conjunto de quatro gavetas com puxadores metálicos.



ME/401341/74

Existem igualmente modelos mais simples (Fig. 5), com tampo em ardósia, plano e retangular. Ao centro, possui um suporte em madeira com apoio metálico para sete tubos de ensaio. Ao meio, tem uma tina retangular com duas torneiras em latão. Tem um corpo central revestido por painéis de madeira retangulares para despejos e três gavetas, horizontais, junto ao tampo, com malhetes em rabo-de-andorinha. As gavetas têm puxadores rectangulares em madeira e espelho metálico para a chave.

Para outro tipo de experiências são utilizadas as "hotte" (Figs. 6 e 7), ou seja, uma cabine onde se geram gases em concentrações perigosas para a saúde dos utilizadores. Fechada por todos os lados, com uma moldura de vidro e bancada, possui um sistema de ventilação, que permite através da janela, manipular os objectos. Tem um tampo plano e rectangular, em pedra e em baixo possui três gavetas e três portas, com puxadores de madeira retangulares.



ME/401857/371